

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAELLA DOS SANTOS PORFÍRIO

**CALEIDOSCÓPICAS SUBVERSÕES E RESISTÊNCIAS LESBIANAS EM
CAMPINA GRANDE – PB**

Campina Grande – PB

2018

RAFAELLA DOS SANTOS PORFÍRIO

**CALEIDOSCÓPICAS SUBVERSÕES E RESISTÊNCIAS LESBIANAS EM
CAMPINA GRANDE – PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima.

Campina Grande – PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

P835c Porfírio, Rafaella dos Santos.
Caleidoscópicas subversões e resistências lesbianas em Campina Grande –
PB / Rafaella dos Santos Porfírio. – Campina Grande, 2018.
85 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".

Referências.

1. Gênero e Sexualidade - Mulher. 2. Lesbianidades. 3. Sexualidades
Dissidentes. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU 305-055.2 (043)

RAFAELLA DOS SANTOS PORFÍRIO

**CALEIDOSCÓPICAS SUBVERSÕES E RESISTÊNCIAS LESBIANAS EM
CAMPINA GRANDE – PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
Orientadora - PPGCS/UFCG

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva
Examinador Interno - PPGCS/UFCG

Profa. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão
Examinadora Externa - PPGH/UFCG

Dedico este trabalho às vidas dissidentes que resistiram
para que pudéssemos ser hoje o que não foram, com liberdade, ontem.

Aos corpos que resistem hoje, crendo num amanhã
mais justo, menos violento e tolhedor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pelos ensinamentos e experiências proporcionadas dentro e fora da sala de aula e pelos dois Seminários Discentes que, sem dúvidas, fizeram com que esses dois anos significassem muito mais que um título ou uma mera passagem. Vida longa ao PPGCS-UFCG!

À secretaria do Programa, nas pessoas de Claudiana e Rinaldo, pela atenção e presteza com as quais atendem nossas demandas desde a seleção.

À Elizabeth Christina de Andrade Lima, Bebete, pela receptividade desde o primeiro contato, pelas orientações e atenção dedicou a mim e a este trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela viabilização do auxílio financeiro, fundamental para a manutenção das necessidades objetivas para a realização deste trabalho.

À Banca Examinadora, Prof. Dra. Michelly Pereira de Sousa Cordão e ao Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva pela disponibilidade para ler e avaliar esta dissertação, e pelas contribuições e sugestões que trazem para ele.

Em meio às revoluções que as experiências ensejadas nesses dois anos me causaram, tive a feliz oportunidade de partilhar momentos de alegria, de (re)descobertas, de angústias, de lapidação de ideias e crescimento ao lado de pessoas que foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui. Elas foram apoio, conforto, impulso e também compreensão diante dos períodos de reclusão e ausência ocasionados pela dinâmica do processo.

Agradeço à rede de apoio incondicional que tive, composta por meus pais, Ninha e Agamenon, mesmo distantes fisicamente, e meu irmão, Agamenon Filho, com quem dividi nesses últimos seis anos o teto, os grolós, as angústias e muito amor. Minhas raízes não estão fincadas em um lugar, elas são vocês. Grata por tê-los comigo!

Às/aos amigas/os que estiveram em diferentes momentos, não me deixando retroceder.

A Lorene Dias, Evellyn Lima e Bárbara Lima, pelo acolhimento que proporcionam apenas por estarem ou serem quem e como são. Mulheres reais que me inspiram!

A Joana Souto, a sapatão entusiasta *mor* dessa proposta de pesquisa, agradeço pelo estímulo e pela disponibilidade de sempre para discutir e analisar os questionamentos e *insights* que surgiram nesse processo e por todo cuidado e apoio.

A Regina Holanda, Júlia de Barros e Ihasmin Severo pela parceria antiga e inabalável.

Por fim, e de inestimável importância, às bússolas desse trabalho, Landa, Jeovana, Graça, Elza, Bethânia, Elke, Darcy e demais interlocutoras, pela abertura e disponibilidade com as quais me receberam e abraçaram essa proposta de pesquisa.

Meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo tem como principal objetivo a investigação da complexidade dos códigos de identificação compartilhados a partir de sociabilidades estabelecidas por mulheres lésbicas em um bar de Campina Grande, interior da Paraíba. O estabelecimento em questão, chamado Cantinho JJ, é hoje o único bar da cidade de público majoritariamente composto por lésbicas. Sua história é também inspirada por um circuito lesbiano que existiu entre bares em meados da década de 1970 e 1990 no município, brevemente apresentado neste escrito. As problematizações e conceitos que ensejam nossas reflexões acerca das questões relativas às limitações das categorias identitárias, experiências e sexualidades de nossas interlocutoras partem das noções construídas discursivamente concernentes à produção de verdades sobre o sexo e da determinação da heteronormatividade como regime político, que excede o âmbito das relações sexuais e de gênero. Buscamos apreender em que medida as interlocutoras desse trabalho subjetivam, subvertem e reiteram os ditames da heteronorma. Para tanto, nos ancoramos em provocações de, dentre outros autores, Michel Foucault e Judith Butler. A fim de refletir sobre os espaços abordados e observados no trabalho de campo recorreremos aos conceitos de *pedaço*, *trajeto* e *circuito*, cunhados pelo antropólogo José G. C. Magnani. Os dados foram obtidos a partir das interações proporcionadas por observações participantes no Cantinho JJ, registradas em diário de campo, bem como por meio de entrevistas, que, entre outras coisas, apontam, simultaneamente, diversas aproximações e distanciamentos com elocuições teóricas e ativistas, sobretudo no que diz respeito às concepções de identidade e visibilidade. A partir da pesquisa e análise realizadas inferimos que a maneira como o grupo estudado lida com a sexualidade e a visibilidade, diverge, em termos reivindicatórios, dos discursos de alguns lesbofeminismos. Além disso, percebemos as subversões pelas interlocutoras engendradas dentro de contextos inevitavelmente contraditórios, de modo que transgridem os constructos da heterossexualidade e reiteram ditames da heteronormatividade, muitas vezes, em um mesmo movimento.

Palavras-chave: Lesbianidades. Performatividades. Invisibilidade. Sexualidades dissidentes.

ABSTRACT

This study has as main objective the investigation of the complexity of codes of identification and sociabilities established by lesbian women in a bar in the city of Campina Grande, interior of Paraíba. The establishment in question, called Cantinho JJ, is today the only public bar mainly composed by lesbians in the city. Its history is also inspired by a lesbian circuit that existed between bars in the mid-1970s and 1990s in the municipality, briefly presented in this writing. The problematizations and concepts that give rise to our reflections on the questions related to the limitations of the identity categories, experiences and sexualities of our interlocutors are based on discursively constructed notions about the production of truths about sex and the determination of heteronormativity as a political regime that goes beyond the scope of sexual and gender relations. We seek to understand to what extent the interlocutors of this work subjectivate, subvert and reiterate the dictates of “straight” normativity. To that end, we anchored ourselves in provocations by, among others, Michel Foucault and Judith Butler. In order to reflect on the spaces covered and observed in the field work, we used the concepts of piece, path and circuit, coined by the Brazilian anthropologist José G. C. Magnani. The data were obtained from the interactions provided by the participant observation in Cantinho JJ, recorded in field diary, as well as through interviews, which, among other things, point simultaneously to different approaches and distances with theoretical and activist utterances, especially with regard to conceptions of identity and visibility. From the research and analysis carried out, we infer that the way in which the group studied deals with sexuality and visibility, diverges, in terms of claim, from the discourses of some lesbofeminismos. In addition, we perceive subversions by interlocutors engendered within inevitably contradictory contexts, so that they transgress the constructs of heterosexuality and reiterate the dictates of heteronormativity, often in the same movement.

Key words: Lesbianities. Performativity. Invisibility. Dissident sexualities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – A produção de conhecimento científico sobre a sexualidade e a construção de abjeções nesse âmbito.....	18
1.1 - A Grande Divisão e seu conseqüente jogo de binaridades na construção das assimetrias de gênero	19
1.2 - O dispositivo da sexualidade e a produção das abjeções: as lesbianidades nesse esteio	23
1.2.1 - Uma <i>Scientia Sexualis</i> no Ocidente	25
1.2.2 - Dissidências sexuais de gênero: um desdobramento dos processos de produção de identidades e diferenças	31
CAPÍTULO II – (Re)conhecimento de <i>pedaços</i> e delineamento metodológico: reconstituindo <i>trajetos</i> lesbianos	38
2.1 – Revisitando memórias de um antigo <i>circuito</i>	41
2.2 – Notas metodológicas sobre o campo e a pesquisa	46
CAPÍTULO III – “Eu vou dizer uma coisa a você, bar de entendida tem de tudo”: discursos sobre múltiplas sexualidades, desejos e afetos	57
3.1 “Bofe tem que ser bofe, e racha tem que ser racha”?: quando as identidades vacilam e a fixidez dos gêneros se torna insustentável	59
3.1.1 A Performatividade: ato citacional e permanente de produção do gênero	65
3.2 - Coisa de entendida: aspectos preponderantes nos discursos das interlocuções.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

O rechaço às diferenças em nome de paradigmas normativos é um fato em diversos âmbitos e aspectos da vida social. As dissidências sexuais não escapam e são alvo de práticas discursivas violentas, de ordem física ou simbólica. Essas violências não estão situadas em locais ou grupos específicos e, portanto, não são de fácil desconstrução. Tecem-se a partir de processos minuciosos de elaboração e legitimação de discursos normativos e normalizadores sobre corpos, padrões de comportamento, dentre os quais estão as performances e práticas relacionadas à sexualidade e às questões de gênero.

Na contracorrente da hostilidade orquestrada por discursos dessa natureza, e com bastante força, existem corpos que resistem, individual ou coletivamente. O agenciamento e compartilhamento de estratégias, informações e espaços de enfrentamento e certa fuga às dinâmicas violentas regidas pela lesbofobia, são exemplos disso. Concebem-se, dessa forma, outras maneiras de fazer política, estranhas aos modos institucionalizados, corporativos.

A discussão ensejada neste escrito tem por base aportes epistemológicos e teóricos que nos levam por caminhos que apontam para a necessidade do rompimento com modelos canônicos de pensamento e agência. Desse modo, subsidiam esforços que se empenham na construção de novas maneiras de agir e compreender as dinâmicas nas quais nos inserimos. Aqui, especificamente, elas serão analisadas a partir de reflexões sobre a sexualidade de mulheres que subvertem alguns ditames da heteronormatividade por meio de suas experiências, corpos, identidades sexuais e de gênero.

As práticas ditas homoeróticas, de uma maneira geral, têm registros tão antigos quanto ocultados da historiografia oficial, produzida e disseminada pela ciência hegemônica, cunhada na dita modernidade ocidental. Diversos foram os significados atribuídos a elas, social e culturalmente, no decorrer dos séculos; as nomeações e o poder de estabelecê-las também variaram e estiveram a serviço de uma multiplicidade de interesses e instituições.

Sabemos que o ato de nomear práticas sexuais e afetivas é, num panorama histórico, relativamente recente e está diretamente relacionado a contextos específicos de determinadas sociedades. De acordo com a escritora e ativista Jules Falquet (2012) a preocupação em nomeá-las dá-se, pioneiramente, no ocidente. Nesse ensejo, os relacionamentos entre mulheres começam a ser investigados e categorizados de diversas maneiras, a partir de discussões presentes, sobretudo, na medicina e na psiquiatria. Por esse motivo tratamos no primeiro capítulo, ainda que de maneira breve, da produção do conhecimento em saúde na modernidade e sua relação com as ciências sociais. Tríbadés, sáficas, terceiro sexo e invertidas são alguns exemplos dos termos indicados em outras épocas pelos saberes científicos para designar as lesbianidades.

A socióloga portuguesa Ana Maria Brandão (2010), num apanhado crítico e histórico, delinea os arranjos de discursos clínicos e jurídicos em Portugal que contribuíram factualmente para a concepção da categoria *lésbica*. Ela surge com base na articulação entre o gênero e práticas sexuais homoeróticas, bem como a partir da estreita associação da lésbica a uma masculinidade indesejável, que faz dele um sujeito abjeto. Afinal pode se tratar de uma mulher performando uma masculinidade que não lhe pertence, de acordo com a matriz dicotômica de pensamento, e, sobretudo, se relacionando amorosa e sexualmente com uma semelhante.

A fim de compreender os processos de nomeação e categorização, as matrizes de pensamento e de dominação das quais derivam e os projetos sociopolíticos aos quais servem, recorreremos ao pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Com isso, lançamos mão de conceitos e categorias centrais para o desenvolvimento do pensamento e das provocações aqui contidas, a exemplo das noções de dispositivo da sexualidade e de biopoder.

Como se pode inferir, temos como fio condutor dessa dissertação questões concernentes às sexualidades. Em vista disso, nos dedicamos no Capítulo I, de título **A produção de conhecimento científico sobre a sexualidade e a construção de abjeções nesse âmbito**, a reconstruir e apontar correlações entre discursos sob os quais os paradigmas referentes à sexualidade se erigiram.

Trazemos, a princípio, ponderações de autores como Pedro Paulo Gomes Pereira (2014) e Tim Ingold (2013, 2015) a respeito da Grande Divisão, ou a cisão

entre cultura x natureza, substancial para o pensamento científico hegemônico no Ocidente. Uma vez que ele se subdivide e pauta-se por dicotomias e binarismos, consideramos imprescindível a compreensão desse aspecto fundante da ciência moderna. Fazemo-lo pelo reconhecimento do papel privilegiado que esse saber possui na produção de discursos sobre a sexualidade, a fim de elucidar o funcionamento e a construção do sistema de conhecimento que elabora dicotomias assimétricas de variadas ordens, inclusive de sexo e gênero.

Em seguida, nos debruçaremos sobre processos que destacam a codificação e o engessamento de corpos e vivências em identidades supostamente fixas, a partir da compreensão da lógica de normalização e normatização das relações sociais e sexuais, por meio de dinâmicas orquestradas pelo dispositivo da sexualidade. Dessa tentativa de cristalização surgem as diferenças, conformadas por identidades classificadas como que num jogo de dicotomias entre aceitáveis *versus* reprováveis, num movimento de produção contínua de desigualdades. De modo que estas, sob um determinado ponto de vista e ação, historicamente se tornam passíveis de violências das mais variadas ordens. Passeando por dentre elas, as repulsivas, abjetas, encontraríamos facilmente a lesbianidade.

Dito isto, aproveitaremos para trazer, ao longo de todos os capítulos, reflexões que problematizam a construção das identidades e a nocividade da imposição de uma suposta fixidez e conseqüente cobrança de que todas as pessoas se acomodem em alguma “caixa identitária”. Para fins de compreensão devo elucidar que o uso de termos como lesbianidades ou mulheres lésbicas, aqui, remete a pessoas que são lidas socialmente como mulheres, mas que podem, eventualmente, não sentirem-se contempladas por essa categoria, e se relacionam sexual e/ou afetivamente com outras mulheres.

Pouco se tem refletido, dentro e fora da academia, sobre os encadeamentos das dinâmicas de rechaço e violência nas vidas de indivíduos lidos como abjetos, de acordo com as normatividades, a exemplo das lésbicas. Não é equânime para todas as pessoas a maneira como se vivencia a escola, o trabalho, o corpo, as relações afetivas, familiares, entre outras. Marcadores sociais da diferença, a exemplo de classe, raça, etnia e gênero, se entrelaçam na conformação de variados tipos de

situações que proporcionam possibilidades de experienciar essas situações com mais ou menos facilidade.

Em vista dessas questões e dos itinerários que me levaram ao problema de pesquisa, ratifico que esse trabalho, desde sua proposta de pesquisa, é inspirado por provocadores questionamentos e críticas elaboradas por autoras feministas que dialogam com perspectivas teóricas e epistemológicas pós-estruturalistas e interseccionais. Contudo, a fim de tonificar as discussões, procuro trazer a este escrito também contribuições de autoras de outras correntes teóricas, que pensaram as lesbianidades em suas inexoráveis relações com outros marcadores sociais da diferença e, por isso, seus diferentes desdobramentos. Outras ainda denunciam os limites discursivos da dicotomização dos sexos entre homem e mulher, a exemplo de Monique Wittig (2010).

Assim, o interesse pelo problema que origina a pesquisa surgiu, para mim, a partir de trajetórias entrecruzadas nos últimos cinco anos no município de Campina Grande. Experiências de pesquisa e extensão, durante a graduação, me possibilitaram o mapeamento de grupos e espaços majoritariamente ocupados por mulheres lésbicas. Ao passo que a militância em um coletivo feminista, o Bruta Flor, na referida cidade e as experiências viabilizadas por ele em “espaços políticos” me apontaram o esvaziamento desses lugares e coletivos no que diz respeito à presença e pautas levantadas por essas mulheres.

No segundo capítulo, intitulado **(Re)conhecimento de pedaços e delineamento metodológico: reconstituindo trajetórias lesbianos**, são trazidas à tona memórias de um circuito lésbico que existiu em Campina Grande-PB, município do interior da Paraíba, entre a década de 1970 e 1990 em torno de quatro bares, quais sejam: o bar de Maria de Kalu e o Privê Drinks, privilegiados nas observações feitas no capítulo; a Toca do Caranguejo e a Boate Queen. Essas memórias guardam experiências de subversões que inspiraram e são reproduzidas, de certo modo, pelo grupo estudado. No decurso do processo de pesquisa me propus a analisar as estratégias de organização social, não formal ou corporativa, das lésbicas frequentadoras de um bar específico da cidade. Além disso, procurei apreender nuances de reverberações de suas identidades sexuais e de gênero em suas

trajetórias, dada a devida atenção às particularidades existentes nas experiências das interlocutoras entrevistadas.

Para subsidiar as reflexões e compreender teórica e metodologicamente as sociabilidades ensejadas por esses espaços territoriais lanço mão de conceitos elaborados pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (1996). Além disso, dialogo com reflexões críticas e fecundas de Nádia Elisa Meinerz (2006), cunhadas a partir de experiências de pesquisa sobre lesbianidades, a respeito da metodologia utilizada para imergir no campo e para executar a análise dos dados.

Após sucessivas incursões em diferentes espaços, com variados públicos, faixas etárias e dinâmicas, o local escolhido como espaço privilegiado de observações e interações foi o Bar Cantinho JJ, localizado na Rua Manoel Quirino, número 18, no Bairro Quarenta. O estabelecimento foi fundado e é administrado pelo casal Jocelandia Evangelista (38 anos), mais conhecida como Landa, e Jeovana dos Santos (27 anos). Antes de fundarem o bar elas promoviam festas com certa frequência, tendo como público alvo mulheres lésbicas. Os locais das festas variavam, e durante esse tempo conquistaram uma clientela que hoje frequenta o Cantinho.

A ideia do Cantinho JJ partiu de Jeovana, diante de uma contingência financeira pela qual passavam. Landa trabalha em bares há muito tempo, mas a princípio não apostou na ideia por acreditar que não teriam público. No início, assim como Maria de Kalu nos primórdios de seu bar, recebiam amigas em casa para conversar, jogar bola no quintal, jantar. Os encontros se desdobraram na permanência do estabelecimento que nos primeiros meses funcionava de quarta a domingo. Passado algum tempo elas voltaram a trabalhar em outros lugares, e diante da dificuldade de conciliar a dinâmica do bar com outros trabalhos, o estabelecimento passou a abrir apenas aos finais de semana, e hoje tem funcionado eventualmente aos domingos, embora não abra, por enquanto, com tanta frequência tem um público fiel.

Landa chegou a vivenciar um pouco a dinâmica do circuito que ainda havia na década de 1990, em sua adolescência, a Boate Queen, como também alguns anos da Toca do Caranguejo e o final do bar de Maria de Kalu, de quem diz ser admiradora por sua garra e tê-la como uma “mãezona”. Landa disse que “Quem não conheceu Maria de Kalu em Campina Grande não conheceu ninguém não”. Tendo ainda Ana, a

administradora da Queen como referência de mulher empreendedora, e Menininha e Russiu, donas da Toca, como referência de garra e ousadia, por sustentarem a existência de um estabelecimento sem, por vezes, terem em vista a magnitude da importância dele. Sem dúvida um marco de resistência na vida de muitas pessoas e na história da cidade.

As trajetórias desses estabelecimentos guardam resistências e provocações referentes tanto aos ditames da heteronorma, quanto às transgressões que se orquestram por meio das experiências compartilhadas nesses lugares. Essas provocações podem sinalizar ainda, em alguns casos e aspectos, os próprios limites discursivos da subversão da norma. Eles estão nas represálias taxativas e explícitas, mas também nas manobras silenciosas do controle das subjetividades, por meio do qual os sujeitos “aprisionados” endossam paradoxalmente, de maneira consciente ou não, discursos que sustentam as grades da normatividade.

No terceiro capítulo, **“Eu vou dizer uma coisa a você, bar de entendida tem de tudo”**: discursos sobre múltiplas sexualidades, desejos e afetos, continuo intercalando dialogicamente o pensamentos de teóricas(os) que subsidiam nossas reflexões acerca da produção e dos limites discursivos das identidades, com mais profundidade e detalhes dos dados obtidos através das interações e observações feitas no campo de pesquisa, bem como das falas das interlocutoras entrevistadas.

Nesse capítulo enfatizamos também os processos engendrados por essas mulheres na construção, identificação e classificação de seus gêneros, sempre inacabados, propensos à fluidez e aos questionamentos pessoais e externos. A variedade dos discursos e performatividades apontam a infinidade de arranjos e possibilidades de experiências afetivas e sexuais afiguradas nas experiências delas, por isso, caleidoscópicas.

Estive em campo participando da dinâmica do bar e observando, interagindo com algumas das frequentadoras e através delas conhecendo alguns grupos. Desde os primeiros contatos procurei ser explícita quanto à intenção de pesquisa que me levava a permanecer no ambiente. Diante da impossibilidade de entrevistar mais pessoas, e a fim de garantir-lhes sigilo e privacidade, quando mencionar as interlocutoras, exceto as proprietárias do Cantinho JJ e uma das pessoas que estive a frente de um dos bares do antigo circuito, utilizarei pseudônimos.

As entrevistas, especificamente, aconteceram entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. As pessoas entrevistadas, por sua vez, foram Landa e Jeovana, proprietárias do Cantinho JJ; Elza, frequentadora; Bethânia, que canta em algumas festas do bar e o frequenta desde o início; por fim, Maria das Graças, frequentadora e ex dona do Privê Drinks, também chamada de Graça do Privê. As primeiras visitas que fiz ao bar foram em 2015 e 2016. No entanto, o estabelecimento de um contato mais formal e a permanência em campo, a fim de realizar as observações e dialogar com as interlocutoras, se deu entre os meses de abril e dezembro 2017.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE A SEXUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DE ABJEÇÕES NESSE ÂMBITO

Discursos correntes em diferentes épocas e lugares sobre a sexualidade foram e são produtos de constructos sociais, políticos e culturais. Eles podem variar de acordo com os diversos paradigmas em que eventualmente ancoram-se, ou mesmo com as disputas dos campos de saber e poder em que se situam, elas são movidas por distintos, não necessariamente opostos, interesses. Além disso, guardam o desejo de coroar “verdades” e alcançar o status de legitimidade do que se pretende defender.

No que tange especialmente ao campo de produção do saber científico ocidental, as “verdades” construídas por tais disputas se estabelecem e ratificam a partir de variados processos. Cabe aqui destacar a relevância delas para a tessitura de normas relativas à sexualidade. Essas podem operar como espécies de diretrizes e referências norteadoras para o sexo, a prática sexual, os corpos, desejos e afecções, mas não só, visto que se instauram por meio de técnicas cuidadosas, minuciosas e atingem o complexo tecido das relações sociais em seus mais variados domínios. Elas podem se transversalizar no funcionamento da vida social, confluindo ou divergindo em determinados pontos e aspectos, pois não são dados isolados.

A produção das normas enseja processos que constroem parâmetros hierarquizantes, por meio dos quais se estabelecem qualidades e identidades desejáveis. As diferenças produzidas em consequência desse processo são concebidas a fim de afirmar um modelo, recorte ou identidade e negar, obviamente, o que escapa aos limites dessa demarcação. Quanto às diferenças estabelecidas a partir do modelo hegemônico de ciência ocidental no campo do gênero e da raça, por exemplo, constatamos que podem servir para a asseveração da posição privilegiada de uma raça ou identidade em detrimento das demais.

Esse processo de normatização, que estabelece uma referência de pureza e adequação, passa também pela cristalização ou idealização da fixidez das identidades. O que pode se desdobrar em processos violentos que exigem submissão

de corpos e comportamentos em relação ao modelo imposto. Diante da falibilidade do funcionamento dessa lógica, existem e resistem corpos e espaços em que algumas experiências atestam a força das mais complexas e numerosas variações do que se pretende fixo, mas não o é, nem poderia ser.

A cristalização de identidades serve a um padrão de dominação que prima pelo controle de corpos e populações por meio de processos de subjetivação realizados por tecnologias de poder dispersas e atuantes em todos os âmbitos da vida social. Analisaremos aqui a contribuição da ciência no Ocidente para a formulação das normas de controle das sexualidades. Além disso, exploraremos os processos e tecnologias por ela subsidiados e a partir dos quais os códigos normativos, também em relação à sexualidade, se instauram e produzem discursos que medeiam as práticas de sua reiteração, mas também de subversão, no esteio da vida social.

1.1 - A GRANDE DIVISÃO E SEU CONSEQUENTE JOGO DE BINARIDADES NA CONSTRUÇÃO DAS ASSIMETRIAS DE GÊNERO

Uma série extensa de dicotomias e binaridades permeia o pensamento Moderno Ocidental. Isso se deve nitidamente à herança do pensamento de Sócrates, perpetuado por Platão e Aristóteles. De acordo com o pesquisador francês Gilbert Durand (2004) a perspectiva socrática orienta, desde meados do século V a. C., um modo de pensar absorvido pelas sociedades que se constituíram em seguida e pela ciência moderna ocidental.

Por meio dessa matriz de pensamento surge uma lógica binária que valora tudo através de dois pólos mutuamente excludentes, um atribuído ao que seria falso e outro ao que seria verdadeiro, descartando, desse modo, a possibilidade de um terceiro ou mais valores. Para o pensamento científico moderno do Ocidente a dinâmica estabelecida entre tais supostos pólos opostos tem como dicotomia fundante a crença na total distinção entre natureza e cultura, que ficou conhecida como a Grande

Divisão. Ela foi e é fundamental para a dissociação entre campos de saber como, por exemplo, o das ciências biomédicas *versus* as ciências sociais.

O antropólogo brasileiro Pedro Paulo Gomes Pereira (2014) diz que no sistema de pensamento organizado pela Grande Divisão de um lado se encontra a concepção de natureza, dada, pré-discursiva, do outro a cultura, relativa, construída. O autor aponta também o caráter que chama de “objetivista” desse modelo de pensamento, quando procura em todas as coisas o que lhe é “essencial” e tenta separar, identificar o que é subjetivo, particular, tomando o universal como real, legítimo, em detrimento de particularidades, por exemplo. Segundo ele, de acordo com essa maneira de construir conhecimento “o que não pertence à esfera da objetividade é irreal” (PEREIRA, 2014. p. 103). Diante disso, destaca fragilidades, armadilhas e verdadeiros paradoxos dessa perspectiva epistemológica no campo das ciências sociais.

Nessa concepção, ao conhecimento produzido pela biomedicina estaria atribuído o valor de objetividade e universalidade, como se fosse possível e seguro tomar uma parte pelo todo e pensar que isso conseguiria de explicar tudo. Concomitantemente, o que é da ordem da subjetividade, das particularidades e do localmente situado estaria atribuído ao saber que é fruto das ciências sociais. Mas vale lembrar que, de acordo com Pereira (2014), nesse jogo dicotômico há um acordo tácito de corroboração entre ambos os campos, de modo que, mesmo estando em lados supostamente opostos, formam e sustentam uma mesma matriz de pensamento.

Como já dito, o pensamento de Platão ensejou princípios epistemológicos que atravessaram a construção do conhecimento em seus diversos períodos até atingir a ciência moderna, e nele podem ser identificadas algumas analogias binárias. Para a historiadora Nancy Lays Stepan (1990), metáforas e analogias são consideradas elementos primordiais na construção dessa ciência. De acordo com ela, já na Grécia Antiga é possível identificar a utilização de representações metafóricas de grupos sociais numa perspectiva subalternizante. O mesmo ocorre na Idade Média e, não diferente, no discurso científico moderno. Esse processo de subalternização passa, impreterivelmente, por uma polarização, dicotomização hierárquica.

A analogia entre raça e gênero surge na ciência ocidental num contexto de declínio das potências europeias que até então escravizavam povos negros "capturados" no continente africano. Diante da referida conjuntura e num esforço de justificar a extorsão praticada contra negros(as) a ciência hegemônica, construída também no continente europeu, buscou provar, por meio de critérios duvidosos, a inferioridade de determinadas raças. Para tanto foram despendidos esforços, por exemplo, na medição da face, crânio e mandíbulas de mulheres brancas e negras, e também de homens negros a fim de equipará-los a animais. Todos então tidos como "raças inferiores" e associados, num jogo de binaridades, a tudo o que está relacionado ao impuro, sujo, irracional, obscuro e características equivalentes (STEPAN, 1990).

Com isso, surge na ciência a analogia entre as categorias raça e gênero, delineada a partir da assimilação da mulher ao que é inferior no oposto constitutivo da superioridade que foi conferida ao homem branco e viril; e da inferioridade atribuída a algumas raças. Se visualizássemos essa classificação em uma escala os povos negros estariam na extremidade que indica o menor desenvolvimento, a involução, ao passo que no outro extremo, indicando como raça plenamente evoluída e pura estariam os homens brancos. Diante disso as mulheres e as raças ditas inferiores passam a ser equivalentes analogicamente e são associadas à infantilidade, irracionalidade, a patologias e à degeneração cognitiva, física, moral e genética. Em síntese, Stepan (1990) observa que "[...] as raças inferiores representavam o tipo 'feminino' das espécies humanas, e as mulheres representavam a 'raça inferior' de gênero".

Embora essas ideias tenham emergido em circunstâncias específicas, podemos constatar que não se limitaram a elas, foram perpetuadas em outros momentos históricos, associadas a outras degenerações ou aberrações sociais e ainda hoje vigoram em determinadas medidas e contextos. Trazendo referências a nível de ocidente, mas com enfoque na sociedade brasileira do final do século XIX e início do XX, o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2012) traça um panorama das correlações feitas no referido período entre as consideradas degenerações sexuais e raciais com o intuito de legitimação de um controle incisivo da sexualidade e da

hereditariedade no Brasil, sob o argumento de uma suposta melhoria racial, pautada nitidamente por ideais eugênicos.

O autor parte da análise articulada de três obras literárias da época, de acordo com ele, fontes importantes para uma reconstituição crítica da memória de elementos silenciados ou não-ditos ao longo da história do país, que serviram à produção de um ideal de sociedade pautado pelo adestramento dos comportamentos sociais como um todo, inclusive ou sobretudo dos sexuais e reprodutivos. As obras referenciadas são: *O Ateneu* (1988), de Raul Pompéia; *Bom Criolo* (1895), de Adolfo Caminha e *Dom Casmurro* (1990) de Machado de Assis. No que tange ao referencial teórico e epistemológico que subsidia a escrita ele diz:

Busco articular nosso sofisticado pensamento social a uma vertente cultural subalterna informada pelo Feminismo, pela Teoria Queer e os estudos Pós-Coloniais para pensar diferentemente, com uma atenção mais crítica com relação aos enquadramentos teóricos e metodológicos que geram violências epistêmicas e tornam certas questões e problemáticas — como a racial, a de gênero e a da sexualidade — negligenciadas, invisíveis ou subsumidas à economia ou à política. (MISKOLCI, 2012, p. 60 e 61)

Corriam, na segunda metade do século XIX, ideais imperialistas que iam além de questões econômicas e políticas, tendo conquistado um espaço importante no pensamento cultural. De acordo com perspectivas hegemônicas vigentes à época, o povo brasileiro era, por questões de miscigenação, localização geográfica e de classe, um povo degenerado. Diante disso surgiram projetos de melhoramento racial, engendrados por entusiastas advindos dos circuitos intelectuais e das elites que, não à toa, compreendiam o social como algo biológico, a ser melhorado, ou o contrário, por meio de processo evolutivo.

Nesse ensejo foram formuladas e difundidas diversas teorias sobre a necessidade do controle da hereditariedade, sob o argumento das supostas violências e perigos que negros e mulatos¹ podiam oferecer às elites. Essas formulações

¹ Termo utilizado em analogias entre pessoas negras e mulas, sendo estes mamíferos híbridos gerados a partir do cruzamento entre asno macho e égua, ou entre cavalo e asno fêmea.

também se baseavam nas teorias eugenistas europeias estudadas e refutadas por Stepan (1990), inclusive se valendo das analogias, aqui já mencionadas, feitas entre as raças ditas inferiores e as mulheres, ambas associadas às degenerescências.

Mais recentemente a categoria homossexual é adicionada a esse *hall* e são infundadas as desqualificações sob os mais infundados argumentos, que chegam a patologizar essas identidades e marcadores sociais da diferença considerados, por vezes, aberrações. Diante disso as intervenções medicalizadoras são requisitadas para fins de disciplinamento e "melhoramentos" raciais, de comportamentos sexuais e de identidades de gênero. Tudo isso acontece sob o aval do biopoder e por meio de biopolíticas e das relações de saber-poder legitimadas pela produção dos saberes científicos.

1.2 - O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DAS ABJEÇÕES: as lesbianidades nesse esteio

A partir de agora nos debruçaremos sobre noções e discussões imprescindíveis para a compreensão do biopoder e do dispositivo da sexualidade e seus consequentes desdobramentos. Para isso, nos referenciaremos fundamentalmente pelo pensamento do filósofo francês Michel Foucault e de pensadoras que dialogam com ele. Visitaremos conceitos e categorias que poderão nos subsidiar no esforço de refletir a respeito de itinerários subalternizantes, bem como refletir sobre a produção de abjeções a partir de identidades e diferenças que, por sua vez, contribuem para a legitimação de violências dos mais variados tipos, exercidas contra determinados corpos, sempre assinalados por marcadores sociais da diferença articulados por intersecções diversas.

Os estudos genealógicos sobre o poder nas sociedades ocidentais levaram Foucault (1988) ao estudo crítico das tecnologias de controle de populações e corpos, exercido por meio de técnicas amparadas por relações de saber-poder, regidas por inúmeras instituições e interesses. O filósofo identificou três principais fases, entre as quais, cabe evidenciar, não há uma brusca cisão, mas um processo de transformações inscritas em dados períodos históricos que foram abandonando ou

preservando algumas características e incorporando outras. No século XVIII houve a emergência das sociedades disciplinares, que se estenderam e tiveram seu ápice no início do século XX. A principal característica do poder disciplinar é a vigilância, segundo a qual os indivíduos têm a impressão de serem observados, a todo momento, e temem isso, ainda que não o sejam.

O regime de poder disciplinar se inscreve no período que sucede o marco do que Foucault identificou como poder soberano, exercido em meados da Idade Média, caracterizado pela centralidade do rei na sociedade e por um controle dos corpos por meio de severas punições e sanções que chegavam à pena de morte, exercida de forma pública. Como desdobramento da mecânica do poder nas sociedades disciplinares, dá-se a emergência do que se denomina biopoder, uma tecnologia de poder que não se afasta da disciplina dos corpos, mas num movimento de agregação implementa novas estratégias de controle que se encarregam de administrar minuciosamente o corpo social.

Isso se realizou num contexto de pânico racial que serviu como tática de controle de populações. À época, no continente europeu despontavam estudos sobre variações humanas e se delineavam diferenciações raciais que num processo de esquadrinhamento dos corpos os classificavam e hierarquizaram de acordo com a raça e o gênero, como já mencionado, de acordo com Stepan (1990). Saliente-se as analogias entre raça e gênero surgidas a partir de então.

O biopoder é, desse modo, exercido por meio de biopolíticas, que se empenham na administração do corpo social através de dispositivos de segurança e tecnologias de controle. Deriva daí o que Gilles Deleuze (1990) denomina de sociedades de controle, instaladas no século XX logo após a Segunda Guerra Mundial. No contexto do pânico racial, táticas biopolíticas desempenharam um papel importante no controle da reprodução e do corpo das mulheres. Foi também nesse período que seus corpos foram esquadrinhados pela ciência hegemônica e lhes foram atribuídas a histeria como característica e a maternidade como destino, servindo esta última como atenuante da primeira, de acordo com essa ciência.

Sylvio Gadelha (2013), contextualizando a discussão sobre a relação estreita entre as biopolíticas e a conformação do sistema educacional, afirma que o dispositivo da sexualidade atua sobre seus corpos a partir de uma estratégia normalizadora de

histericização, que consiste em desqualificá-las e disseminar a ideia de que são incapazes de sentir qualquer desejo sexual, de que sua principal função é procriar, educar seus/as filhos/as e cuidar do lar. Diante disso institui-se a noção de que a maternidade é a única condição que proporciona completude e realização às mulheres, cabe ressaltar que essa maternidade está associada a um padrão de comportamento e relacionamento heterossexual, desestabilizado e subvertido por mulheres lésbicas, por exemplo.

Esses discursos que produzem “verdades” em relação a corpos e sexualidades se instituem a partir de uma lógica de dominação que racionaliza o sexo por meio de processos normalizadores. Eles se dão com base em uma norma que, de acordo com Gadelha (2013), não tem como intuito expiar ou reprimir os corpos, mas estabelecer uma regra a ser seguida a partir de comparações que demarcam diferenças, hierarquizam comportamentos, atuam numa perspectiva homogeneizadora e excluem o que é considerado impróprio, pervertido. Vale salientar que essa norma e os processos de normalização estão ligados diretamente ao saber médico, embora o extrapolem, e à medicalização da vida, segundo Paul Preciado (2011)².

1.2.1 - UMA *SCIENTIA SEXUALIS* NO OCIDENTE

A ideia de que o capitalismo empreendeu um controle sobre o sexo com intuito repressor, conhecida também como hipótese repressiva, já havia antes sido refutada por Foucault (2017), que assevera que se há uma condenação do exercício da sexualidade ao silenciamento, o ato de falar a respeito guarda uma transgressão, exercida, não à toa, o tempo inteiro. Desse modo, o que se pode constatar é que sob o argumento de princípios normativos, ou mesmo moralistas e religiosos, existe na verdade a incitação aos discursos que tratam disso. Há toda uma lógica que regula a maneira como aprendemos a conversar sobre assuntos como esse, a performance é quase sempre representativa de quem fala de algo extremamente sigiloso, falamos baixo e com determinadas pessoas, temendo sermos descobertas e, por vezes, pondo em pauta ou questionando a sexualidade alheia.

² À época da publicação assinava como Beatriz Preciado, como consta nas referências bibliográficas.

Não devemos nos ater apenas à negação de uma tese bem aceita científica e socialmente, Foucault (2017) alerta que é necessária também a compreensão das vontades e dos interesses da economia discursiva sobre o sexo, das intencionalidades e estratégias que sustentam e fomentam essa dinâmica ruidosa e hipócrita. A crítica que se faz à "repressão" com ares de aspiração a uma ruptura, como se possível fosse, pode apenas contribuir com e fazer parte de um sistema de poder discreto e ardiloso, que na verdade não reprime, mas cumpre reiteradamente a produção de discursos normativos sobre a sexualidade.

A existência do que Foucault (1978) chamou de um fenômeno de superprodução do saber social, cultural, teórico e científico sobre a sexualidade não é um paradoxo frente à hipótese repressiva, visto que são elementos mutuamente sustentáveis. O investimento na produção sobre uma verdade a respeito do sexo tem uma razão de ser no Ocidente e atravessa diferentes épocas e organizações societárias sob a égide de variadas matrizes de pensamento, instituições, tecnologias de controle e relações de poder.

Há que se reconhecer que a real consequência do que se disseminou como interdição foi na verdade a dupla incitação de prazeres e poderes, o prazer de quem vigia, mas também de quem subverte as relações de poder estabelecidas a partir de diferentes lugares. O poder, para Foucault (2017), é multifacetado, expresso pelas múltiplas correlações de forças imanentes à dominação, à maneira como ela se organiza, e nesse âmbito também estão presentes múltiplas resistências. O poder está em tudo, "(...) não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares" (FOUCAULT, 2017, p. 101)

O poder, nessa perspectiva, não é algo que se pode adquirir, tomar, guardar ou distribuir, porque é exercido a partir de inúmeros pontos no entremeio de relações impermanentes e desiguais. As relações de poder não devem ser vistas com o viés da exterioridade, como próprias apenas de uma superestrutura, porque o poder está presente em todos os tipos de relações possíveis, nas internacionais, econômicas, nas ditas mais "íntimas", a exemplo das sexuais, inclusive por meio da construção de um saber normativo e regulador sobre ela, papel cumprido exhaustivamente pela ciência hegemônica ocidental.

Essa ciência, para a qual quase sempre o social é biológico e o biológico é irrefutável, se ocupou em produzir discursos sobre o sexo. Eles estiveram perpassados por esquivas, foram pronunciados com arroubos sobre o que foi taxado como perversão, perversos eram os comportamentos e corpos que fugiam às normas cientificamente estabelecidas, através da produção de discursos de "verdade" sobre a sexualidade. A ciência nesse ensejo ocupa um lugar privilegiado que anteriormente fora ocupado pela moral cristã. No entanto não se distancia em tudo, mas incorpora, por exemplo, técnicas de confessionalidade por ela desenvolvidas, implementadas e lapidadas através do poder pastoral.

Antes de avançarmos na discussão sobre a produção de discursos a respeito da sexualidade elaborados com base em princípios cristãos, é importante que se assinale a crítica desenvolvida por Foucault (1978) ao esquema comumente utilizado nos estudos sexuais no Ocidente. Ele elenca três fases geralmente consideradas, quais sejam: a Antiguidade Grega, na qual supostamente sobre a sexualidade não havia nenhuma interdição e onde a arte erótica era um ícone; em seguida o advento do cristianismo e uma conseqüente proibição e condenação ao silenciamento de questões relacionadas ao sexo, posteriormente incorporada pela burguesia quando atingiu uma hegemonia cultural e econômica, utilizando em favor de uma maior produtividade do trabalho e do lucro, em detrimento do exercício da sexualidade, até que chegasse a terceira fase, no século XIX, marcada pelos estudos de Freud, que trouxeram à tona discursos explícitos sobre o sexo e diversos tabus dele derivados.

A respeito dessa divisão Foucault (1978) apresenta duas objeções: na primeira, a julga inexata, uma vez que ele considera mais adequado o estudo da sexualidade a partir de elementos que historicamente a impulsionaram e motivaram, que pelo que supostamente a proibiu. Haja vista que ainda que o intuito fosse realmente o de promover uma interdição, teria falhado miseravelmente. Em seguida menciona o historiador Paul Veyne, que, por meio de uma série de estudos sobre a história Romana descobriu uma variedade de elementos que devem ser considerados em se tratando da instauração de uma moral sexual no Ocidente.

Nessa perspectiva refutada por Foucault, quando se pretende contrapor a moral pagã à cristã, a esta se costuma atribuir a responsabilidade pela imposição de três princípios que regem a sexualidade, sendo eles: a conjugalidade monogâmica, a

permissibilidade do exercício da sexualidade apenas com fins reprodutivos e a desqualificação e reprovação do prazer sexual de uma maneira geral. Desse modo a conjugalidade serviria apenas para gerar filhos, por meio de uma sexualidade que deveria ignorar as nuances dos prazeres sexuais ou "da carne".

No entanto, os estudos de Paul Veyne apontam que antes mesmo do advento da dominação do cristianismo, os habitantes do Império Romano já eram adeptos dos três princípios acima elencados. Nesse ensejo poucas eram as pessoas para as quais existia a possibilidade de subvertê-los deliberadamente, com o exercício de uma sexualidade pautada por prazeres, e em alguns casos pela poligamia. Elas, em geral, pertenciam a pequenas castas privilegiadas, ricas, compunham a elite romana (FOUCAULT, 1978).

Em vista disso nota-se que há um equívoco na associação do pioneirismo da moral sexual ao cristianismo, uma vez que ela o antecede. O que não implica na eximção da significativa parcela de contribuição exercida por ele na história ocidental da sexualidade. A moral cristã desenvolveu novas técnicas de controle, mais tarde adotadas também pela ciência, como já dito anteriormente, a confissão é uma delas, e passa a ser um elemento fundamental nos processos de subjetivação e controle de corpos e populações. Portanto, é mais interessante considerar a história da sexualidade a partir do cristianismo do ponto de vista da análise das tecnologias que ele desenvolveu, que das ideias, agora que sabemos que não foram principiadas por ele.

O cristianismo desenvolveu o exercício do controle por meio de, principalmente, arranjos de técnicas geridas através do que convencionou-se chamar de poder pastoral. De acordo com Foucault (1978), esse poder difere essencialmente do poder político tradicional por não exercer uma dominação diretamente sobre um território, mas sobre grupos, rebanhos, e sobre as subjetividades e individualidades que os compõem. Além disso ele não tem como finalidade a vitória sobre outrem, mas alega que pretende promover o bem comum a quem protege e o segue. Outra finalidade é a busca por uma salvação que, por sua vez, não figura como uma escolha, mas como algo a ser compulsoriamente alcançado, e esse não é um caminho que se traça solitariamente, mas a partir da aceitação de uma autoridade exterior a quem todos os

atos, e mesmo os pensamentos, devem ser confessados exaustiva e permanentemente.

A confissão se torna um mecanismo potente de controle não só dos corpos e das ações, mas também dos pensamentos, uma vez que tudo, até mesmo o que é da ordem da ideação deve ser dito. Desse modo ela é um elemento fundamental para o processo de subjetivação de uma verdade sobre o sexo e da imposição de um sexo obediente, por meio dela as pessoas auto afirmam seus anseios e colocam em julgamento o que entendem como errado, inoportuno, a partir de uma determinada moral e perspectiva.

Da confissão cristã medieval, às diversas modalidades de confissões modernas, incitadas por meio de procedimentos minuciosos das tecnologias de poder, o sexo é matéria privilegiada. Nessas circunstâncias a suposta proibição, elaborada pelo pudor da moral cristã, funciona efetivamente como elemento direcionador de com quem, como e quando se deve falar sobre a sexualidade. Além do mais, essa dinâmica passa, em meados do século XVIII, a ser fomentada em outros âmbitos da vida social. A confissão, de uma maneira geral, torna-se assunto de interesse público e os discursos sobre a sexualidade tomam uma proporção enorme, se alastram, Foucault afirma

[...] a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade. Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem a si próprios no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se — ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta quando ela se esquiva: gêmeos sinistros. Tanto a ternura mais desarmada quanto mais os sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (FOUCAULT, 2017, p. 66)

Podemos concluir que a confessionalidade se desdobrou em uma dinâmica múltipla e quase onipresente em todos os fios do tecido social, sob os mais variados argumentos, e foi um elemento fundamental para a ciência hegemônica ocidental na modernidade. Para compreender como isso se deu, Foucault (2017) escolhe não se deter ao que chama de erros e ingenuidade dos moralistas nesse processo, mas aos mecanismos pelos quais se fez operar a confissão a serviço dos interesses de campos de saber específicos.

Para fins de elucidação ele elenca as principais vias pelas quais houve o que chamou de extorsão da confissão sexual em formas científicas, bastante articuladas entre si. A primeira delas é a *codificação clínica do "fazer falar"*, por meio da qual o discurso da confissão é confrontado com sinais e sintomas a fim de constatar a coerência entre o que se confessava e o que podia ser observado. Em seguida está o *postulado de uma causalidade geral e difusa*, segundo o qual todas as degenerescências, fossem raciais, patológicas, comportamentais, entre outras, eram relacionadas a uma etiologia sexual, tudo era analisado por um viés que tentava descobrir na sexualidade uma possível causalidade para o transtorno, justificando assim as constantes intervenções invasivas e inquisidoras à sexualidade.

O terceiro é o *princípio de uma latência intrínseca à sexualidade*, que considera que há que se desenvolver cada vez mais técnicas que consigam apreender as minúcias da sexualidade que são indefinidas e de difícil identificação até para os sujeitos em suas particularidades. Esse princípio parte do entendimento de que a sexualidade funciona de uma maneira obscura, diluída e silenciosa e precisa ser descoberta, desvendada, a partir da relação que se estabelece entre o interrogador e o interrogado que confessa, num processo de descoberta para ambos.

A seguir é mencionado o *método da interpretação*, que considera que o discurso sobre a verdade do sexo se constitui na fala de quem confessa, por meio de como esse sujeito transforma e absorve interpretativamente o que diz e, principalmente, através da verdade construída pela sentença dada a partir da interpretação de quem ouve. Este não só ouve, perdoa, ou sugere alternativas ao que escutou, mas detém o poder de produzir uma verdade a partir da compreensão que desenvolve a respeito do discurso confessado.

Por fim, está elencada a *medicalização dos efeitos da confissão*, nessa perspectiva o que o sujeito confessa não é só mais alvo da culpa e do pecado, mas passa a ser também alvo de um regime de normalização, normatização e patologização. Por consequência, esse indivíduo torna-se passível da intervenção de procedimentos terapêuticos. Os corpos e comportamentos que destoam do que dita a norma são relegados a esse lugar, que as põe suscetíveis a tratamentos arbitrários e violentos.

Isso surge como desdobramento de dinâmicas que se empenham na classificação, nomeação e codificação de identidades, a partir de diferenças ancoradas em exteriores constitutivos. As abjeções são produzidas com a finalidade de legitimar o que é desejável e, portanto, considerado normal. A ciência hegemônica ocidental, pautada por princípios dicotômicos e binários, constrói e sustenta discursos que estabeleceram e impuseram essa normalidade.

1.2.2 - DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO: um desdobramento dos processos de produção de identidades e diferenças

O que é a identidade e como ela mantém com a diferença uma relação estreita de indissociabilidade? De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2009), de maneira imediata podemos dizer que a identidade é aquilo que se é, uma afirmação simples, considerada um fato autônomo, auto constitutivo. Por essa perspectiva, a diferença poderia ser concebida como seu oposto negativo sendo, dessa forma, a gama extensa de tudo o que a identidade não chega a ser.

Geralmente consideramos a diferença como consequência de uma identidade, tomamos essa como princípio, originalidade e referência. Silva (2009) diz que esse é um reflexo de nossa tendência a tomar o que somos como parâmetro para a análise, classificação e avaliação de tudo que destoa de nós, quase sempre colocando nossa identidade em sobreposição em relação às demais. No entanto, a diferença, numa perspectiva crítica, não é apenas a consequência de uma identidade, uma vez que elas só podem se constituir a partir de uma relação de mutualidade.

Antes de mais nada, levemos em consideração que os usos dos termos identidade e diferença estão situados num campo de disputa de saber e poder que não deve ser confundido com o do multiculturalismo. Esse constitui-se com base na noção problemática de diversidade, celebrando as identidades diversas, com vistas a alcançar um patamar inclusão e construção de relações equânimes entre elas sem, contudo, problematizar os próprios processos de produção das diferenças e identidades, o que implica na naturalização e essencialização de ambas. A celebração da diversidade com base na tolerância não consegue empreender esforços mais profundos de compreensão dos interesses e as armadilhas presentes nos processos diferenciadores. Ela abrange um escopo de conformações pouco ou nada críticas e, portanto, não subversivas.

Para compreender a identidade e a diferença devemos reconhecer que esse binômio é gestado por meio de processos linguísticos de uma gramática limitada, matriz de diversas circunscrições. As identidades são afirmadas em suas particularidades apenas porque existem outras que divergem delas, e só por isso fazem sentido. Ainda que soe óbvio, é imprescindível que afirmemos reiteradamente o caráter limitado e impermanente da linguagem, a fim de que possamos conceber a falibilidade das tentativas de estabelecimento de fixidez a processos de categorização e diferenciação sociais e culturais ensejados, invariavelmente, por uma série de significações ou ressignificações linguísticas, logo, compreendemos que não há diferenças ou identidades imanentes à uma natureza.

A linguagem pode ser compreendida como um sistema de diferenciação por meio do qual afirmamos algo a partir de sua nomeação, numa espécie de abreviação da negação de todas as outras coisas que esse algo não é, o que configura o caráter negativo dos signos. Silva (2009) apresenta a noção de signo que, para Saussure, linguista e filósofo suíço, é o elemento que une o conceito e a imagem, o significado e o significante respectivamente, mas não se confunde com eles. Podemos dizer que o signo pertence à ordem da representação, visto que não denota precisamente o real, se é que existe essa possibilidade, mas se concretiza por meio da atribuição de sentido ao que pretende nomear ou representar.

Diante do exposto temos que considerar que o ato de atribuir sentido ao que quer que seja está inserido em uma teia de relações de poder. O poder de nomear, categorizar e hierarquizar reflete o funcionamento de relações de dominação e controle existentes em determinadas circunstâncias e, com isso, demonstra o caráter relativo e impermanente das representações formuladas a partir dessas relações. A representação é o que é no contexto em que é gestada e está inserida, mas pode também não fazer sentido algum em outro qualquer que seja. Desse modo, se as identidades e diferenças são concebidas por esses meios, a partir dos sistemas de significação representativos, elas são, por consequência, elementos instáveis, ambíguos, cambiáveis.

Em vista da insustentabilidade da estabilização nos processos de significação das identidades e diferenças, Silva (2009) aponta dois movimentos comumente engendrados nas tentativas de fixação dos signos, quais sejam: os que se empenham em conferir-lhes fixidez a partir da mobilização de discursos, às vezes advindos dos mais variados campos, em busca de legitimação e, na contracorrente os movimentos de subversão dessa fixidez desejada. Ele nos lembra que a tendência das identidades é, assim como a da linguagem, diante de uma suposta estabilidade escapar ao que a cristaliza.

A citacionalidade, por meio da performatividade, e a normalização são dois exemplos de movimentos de fixação que podem elucidar a maneira como funciona a lógica da tentativa de engessamento das identidades a partir de processos de subjetivação de características e signos universalizantes. Por citacionalidade podemos entender uma propriedade da escrita e da linguagem como um todo que, por meio de reiteradas afirmações e reafirmações, repetições produz uma compreensão eficaz de um mesmo discurso ainda que seja veiculado em diferentes contextos que não sejam necessariamente o seu contexto de origem. Essa propriedade se estende também a práticas discursivas. (SILVA, 2009).

A reprodução de discursos racistas ou de estereótipos de gênero por meio de comentários e ações sutis, naturalizadas, figuram como a efetivação de atos de citacionalidade. Reproduzimos uma lógica que nos rege sem que percebamos, perpetuando opiniões e ações que muito antes de nascermos já estavam em

circulação a interesse de instituições que sequer costumamos questionar. A normalização, por sua vez, também age com sutileza e discrição, produzindo concomitantemente consequências dilacerantes.

A norma se estabelece por meio de relações de poder e processos hierarquizantes, que nomeiam o “normal” e, por consequência, demarcam as “anormalidades”, ancorando-se sempre em princípios binários e dicotômicos. Desse modo, normalizar implica em selecionar de maneira arbitrária o que deve ser tido como parâmetro, como exemplo a ser seguido, relacionado em geral a características positivas; em continuidade, por meio desse mesmo movimento, tudo o que destoa do parâmetro é associado a traços negativos, depreciativos, em relação ao primeiro. Segundo Miskolci (2012), a construção da normalidade necessita do considerado anormal para se legitimar. Além disso, a capacidade homogeneizadora das identidades dominantes é tão intensa que chegam a passar despercebidas, uma vez que são tão naturalizadas que não são, muitas vezes, sequer consideradas identidades.

Em decorrência da produção da norma são desenvolvidas também dinâmicas violentas, materializadas de inúmeras formas. Entendemos que o que enseja o rechaço é a produção de noções que se pretendem universalizantes, construídas e impostas por meio de diversos mecanismos de controle, e inevitavelmente passíveis de subversão. No que tange à sexualidade e às relações de poder no Ocidente, cabe evidenciar a relevância do dispositivo da sexualidade, o complexo e mais importante sistema de perpetuação das normatizações e normalizações das relações sociais como um todo, a partir de um discurso normativo sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1978, 2017. GADELHA, 2013).

Ao discorrer sobre esse dispositivo, seu funcionamento e pressupostos, Gadelha (2013) retoma as considerações de Foucault, já mencionadas neste trabalho, sobre a incitação dos discursos sobre o sexo, que nos levam a perceber as lacunas e inconsistências da hipótese repressiva. Em seguida o autor apresenta quatro elementos elencados por Foucault (2017), que chama de procedimentos e estratégias de normalização, por meio dos quais o dispositivo da sexualidade se instaura e controla comportamentos e a produção de subjetividades. Mas cabe destacar que eles

estão localizados e funcionam em um dado marco histórico e sociedade, não são aplicáveis universalmente, uma vez que as mesmas normas em contextos diferentes podem ter diversas finalidades (FOUCAULT, 2017).

O primeiro deles é a histericização do corpo da mulher, que consiste em atribuir a ela a condição taxativa de um sujeito que possui uma patologia imanente a si, desse modo, estariam comprometidas sua capacidade intelectual, cognitiva e sexual. A mulher é, portanto, passível de intervenções medicalizadoras, que passam pelo controle da fecundidade, a interesse das instituições e dos homens na construção de uma sexualidade normativa e, para ela, marcadamente submissa, haja vista que nessa perspectiva ela é considerada incapaz de explorar ou sentir qualquer prazer sexual. Em vista disso, considerou-se que a maternidade seria a condição que proporcionaria completude e satisfação, e junto a isso recaiu sobre ela a responsabilidade pelo zelo das relações familiares e pelo processo educativo das crianças.

O segundo é a pedagogização do sexo das crianças que, segundo os autores, são consideradas de uma maneira paradoxal, num lugar de liminaridade em relação à vida sexual. Elas estão “aquém e além” do sexo, sendo sujeitos que pela iminência do exercício ou da iniciação à vida sexual representam um perigo social e moral à sociedade. Desse modo é incumbida a função de controlar e pedagogizar essa sexualidade emergente às instituições, como a escola, a igreja, a família e às pessoas consideradas mentoras desses sujeitos em formação, como médicos, pedagogos, pais e psicólogos.

O terceiro é a socialização das condutas de procriação, feitas de maneira sutil, por vias explícitas ou mesmo violentas. Consiste na disseminação de modos a serem tidos como parâmetro para as relações sexuais e reprodutivas de casais monogâmicos e heterossexuais, também difundidas por diferentes campos de poder e saber, sob os mais variados argumentos. Foi com base nesse procedimento que noções eugênicas foram apregoadas, respaldadas por argumentos científicos duvidosos e sob o pretexto da preocupação com questões de saúde.

Por último está a psiquiatrização dos prazeres perversos, que tem por base os três procedimentos anteriores, bem como ideias gestadas por processos de normalização pautados nos saberes e princípios produzidos pela *scientia sexualis* ocidental. Os prazeres perversos, como se pode presumir, são os que subvertem as normas estabelecidas e continuamente reinventadas do dispositivo da sexualidade, ou a heteronorma. Os sujeitos perversos, por sua vez, são as mulheres lésbicas, as adúlteras, as que exploram sua sexualidade, os ditos loucos, crianças masturbadoras, homens que amam e/ou se relacionam sexualmente outros homens, entre outros.

Nessa perspectiva, perversos são todos os comportamentos e modalidades de exercício da sexualidade que desobedecem as normas dos mecanismos de controle biopolíticos. Em sua analítica sobre o poder nas relações de sexo e do desejo, Foucault (2017) diz que a esses desvios, como uma espécie de sanção, é conferida a condição de patologia de ordem psíquica, que deve ser corrigida por meio de processos de medicalização, especialmente pela psiquiatria e psicologia, com a finalidade de promover condutas adequadas a uma sexualidade enfim desejável.

O dispositivo da sexualidade, como mecanismo de controle tão disperso e potente quanto é, assim como as identidades e normas que constrói não pode ser considerado do ponto de vista da fixidez e consumação. Uma vez que ele passa por diferentes épocas e organizações societárias se reinventando à medida em que lhe são requisitadas novas táticas para a implementação da normatividade e do controle que busca exercer. Ele também se constitui a partir da produção de saberes que, como quaisquer outros, são produtos de construções sociais e culturais, limitados e relativos.

O conhecimento produzido no âmbito da ciência hegemônica ocidental foi e continua a ser uma importante ferramenta para a perpetuação e legitimação de uma dinâmica de controle a partir de biopolíticas. Ela se tece com base nos princípios epistemológicos que já conhecemos, pautados por dicotomizações, binaridades, universalismos e há, por isso, um grande equívoco nessa perspectiva que habitualmente se desdobra em arbitrariedades. Nos colocando, nos termos de Donna Haraway (1995), terra nos olhos, ao tentar impor verdades prontas e inquestionáveis

construídas a partir de uma objetividade inexistente, dado o seu caráter generalista.

Desse modo, estudiosos(as) pós-estruturalistas têm despendido esforços em compreender, refutar e propor novas maneiras de produção de conhecimento, afeitas às realidades de onde partem, sem pretensões de esgotar as questões que exploram ou de ditar normas e produzir verdades. Além disso têm reconhecido e estudado o papel fundamental da retórica e da linguagem na consolidação de matrizes epistemológicas e teóricas e em sua propagação. Levando em consideração que, segundo Haraway (1995), não questionamos os significados e corpos produzidos pelas relações de dominação ocidentais para esvaziá-los de sentido, mas para que possamos construir possibilidades de existência e futuro para outros significados e corpos que elas não admitem.

Nessa concepção, a condição limitada do conhecimento não lhe confere menos legitimidade ou potência, mas ao contrário, lhe permite abrir-se a possibilidades outras, além da que conhece. Além disso conhecimento localmente situado tem um compromisso estreito com a auto responsabilização pelo que constrói e diz, e também pelos problemas que pode provocar. Não é um conhecimento que é jogado no mundo com vistas a ser imparcializado e imposto, de modo que ninguém responda diretamente pelo que produz ou pelas iniquidades praticadas com base nele, como aconteceu em meados do século XVIII a partir das analogias científicas entre raça e gênero, por exemplo.

Haraway (1995) defende a produção de conhecimentos localmente situados, para ela sinônimos do que chama de objetividade feminista. Este trabalho é feito com base nessa perspectiva teórica e epistemológica, levando em consideração a ideia da importância do saber local, sem a pretensão de esgotar a discussão ou de cristalizar constatações, mas com o intuito de trazer à tona concepções de mulheres que experienciam o lugar em que vivem, mais especificamente a cidade paraibana de Campina Grande, a partir de seus corpos, marcadamente dissidentes e dos códigos que compartilham nas sociabilidades que constroem.

CAPÍTULO II

(RE)CONHECIMENTO DE *PEDAÇOS* E DELINEAMENTO METODOLÓGICO: RECONSTITUINDO *TRAJETOS* LESBIANOS

É marcante a presença de um circuito lésbico entre bares na história de Campina Grande em meados das três últimas décadas do recente século passado. Pudemos constatar isso recorrendo a narrativas orais de pessoas que viveram a noite da cidade na época e também em algumas produções acadêmicas e cinematográficas a respeito da questão. No entanto, em geral, essas produções apresentaram um recorte específico dos bares, e só acessamos mais detalhes a partir do processo investigativo que ensejou este trabalho.

Empenharemos-nos neste capítulo em remontar parte do circuito do período e apresentar um pedaço atual, inspirado pelos anteriores e, em certa medida, remanescente. Nos ancoraremos em conceitos do antropólogo brasileiro José Guilherme Cantor Magnani para tratar das sociabilidades estabelecidas pelas interlocutoras no território urbano de Campina Grande.

Ao ingressar na pós-graduação, em nível de mestrado, a proposta de pesquisa que eu trazia era bastante ampla, intentava investigar dinâmicas de lesbianidades vivenciadas no município. Tinha em vista diversos grupos e circuitos, mas ainda sem um delineamento preciso do que seria meu alvo de interações e observação. O processo de maturação do projeto se deu com algumas discussões proporcionadas por componentes curriculares oferecidos pelo Programa no primeiro ano, bem como pelas trocas de ideias e informações nas orientações.

Concomitantemente, as incursões que fiz em diferentes espaços foram fundamentais para a chegada ao recorte, que culminou nos referidos circuitos de mulheres lésbicas em bares pela cidade. Mas antes disso, a fim de explorar possibilidades, procurei observar grupos de mulheres lésbicas universitárias, que estudam e/ou frequentam a praça de alimentação da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I.

Algumas delas transitam também por grupos de amigas ou de militância que temos em comum, desse modo, na medida do possível procurei observar seus discursos e posicionamentos diante de provocações e situações, diretamente relacionadas às lesbianidades ou não. Encontrei entre nós muitas convergências no que concerne a pontos de vista, pertencimentos e discursos; eles foram nada, ou quase nada, destoantes.

Nos últimos dois anos vêm acontecendo no Açude Novo, espaço histórico, localizado no centro da cidade, ocupações que reúnem diversas atrações e atividades, e põem em pauta variadas temáticas. O OcupAçude de agosto de 2017 foi idealizado por mulheres lésbicas, dentre as quais algumas daquelas dos grupos da universidade, e foi chamado dessa vez de OcupaSapatão. O primeiro realizado em Campina, em alusão ao dia 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

O encontro foi convocado e divulgado pelo Facebook. Cerca de 150 pessoas confirmaram presença no evento. Ainda na rede social começaram a surgir provocações e discussões nas postagens. Elas tratavam de visibilidade, da dinâmica que deveria ser adotada para viabilizar os diálogos, e tratavam também de questões referentes ao recorte do público alvo. Surgiram alguns questionamentos quanto à possibilidade de homens também participarem, as proponentes consentiram desde que, em seus termos, o protagonismo das mulheres lésbicas, de suas pautas e demandas não fosse desviado.

O evento ocorreu no final da tarde do dia 22 de agosto, um sábado ensolarado, de clima ameno. A dinâmica proposta para promover a interação das pessoas presentes foi uma roda de conversa. Nenhum homem, cerca de 20 mulheres, com idades de 16 a 40 anos aproximadamente. Sentamos no chão, em círculo, e a princípio a proposta lançada e acatada foi de uma breve apresentação que cada uma deveria fazer de si, para que posteriormente fossem abertas rodadas de falas.

Mas diferente do planejado, e sem aviso, algo que chamou a minha atenção, a suposta rodada de apresentações que começou ao pôr do sol daquela tarde só teve fim quase às 19 horas. As primeiras pessoas a se apresentar, já ao fazê-lo aproveitaram a oportunidade para narrar suas histórias. Este se tornou o formato seguido pelas demais. Falas quase aflitas e ávidas por escuta discorriam sobre diferentes trajetórias, passeando pelos primeiros desconfortos em relação à imposição

de uma sexualidade heterossexual, visitando diferentes processos de descoberta e maturação de desejos e vivências de sexualidades desviantes e os conflitos, travados interna e externamente, que inevitavelmente chegavam. O desfecho das colocações era, em geral, a respeito de como fora o processo de tornar pública, confessar, a identidade sexual. Como, se e quando isso tinha acontecido.

Nos discursos correntes todas identificavam-se como mulheres, embora as nuances das performatividades de gênero que marcavam seus corpos fossem, em diferentes níveis, variáveis (BUTLER, 2015). Analisadas aqui a partir das vestimentas, posturas corporais e reiteradas gestualidades. Além disso, as falas e reivindicações foram massivamente marcadas por traços e questões presentes nos feminismos, ideias que não me eram estranhas, e pela maneira como as falas se organizaram eram também bem aceitas por todas as participantes.

Simultaneamente, atenta às observações que fiz durante visitas a dois bares, um de público LGBT misto e outro mais frequentado por lésbicas, este escolhido como espaço privilegiado de observações e interações, pude identificar que os discursos que circulavam ali não me eram tão familiares quanto, por exemplo, os dos grupos de mulheres lésbicas com as quais eu dividia alguns aspectos em comum de trajetórias e perspectivas pessoais e políticas. Esse foi um dos fatores determinantes para minha escolha, a preferência pelo que não me era familiar.

O Cantinho JJ, idealizado e administrado pelo casal Landa e Jeovana, tem um público que, de acordo com elas é 90% composto por mulheres, em sua maior parte casais. A faixa etária delas varia entre cerca de 25 e 65 anos. Mesmo tendo fluxos diferentes e recebendo diversas pessoas, o bar conta com uma parte do público que dificilmente falta a um domingo de festa na casa. Pude observar a frequência comum de alguns grupos, posteriormente confirmada pelas falas de interlocutoras entrevistadas.

Nas primeiras incursões no estabelecimento surgiram, para mim, diversas inquietações, próprias de quem se aproxima de um lugar que lhe é estranho. Sabia que ao observar, principalmente por ser estranha ao público em idade e estereótipo, eu também seria observada, como não? Preocupava-me a maneira como elas me receberiam, e em que medida ficariam à vontade sabendo de meu intuito.

Não premeditei uma maneira de me aproximar das interlocutoras e a princípio costumava passar uma parte do tempo nas mediações do balcão do bar, de onde Landa distribuía para elas bebidas e petiscos, o espaço também dava acesso a um dos banheiros. Nesses momentos, as conversas com Landa despontaram alguns caminhos para a pesquisa, referentes tanto a potenciais questões a serem observadas nas interações que aconteciam no ambiente, quanto a outras relacionadas a memórias de estabelecimentos com dinâmicas semelhantes que existiram em outras épocas. Com os quais o funcionamento e a história do bar têm muito em comum.

2.1 - REVISITANDO MEMÓRIAS DE UM ANTIGO CIRCUITO

Nos idos dos anos entre o final da década de 1970 e início de 1990 as noites de Campina foram bastante animadas para as *entendidas* que compunham o *circuito* de frequentadoras de bares como a Toca do Caranguejo, o Privê Drinks, Maria de Kalú e a Boate Queen. Além do público, os estabelecimentos tinham em comum o traço de serem administrados por mulheres lésbicas, que marcaram a história de muitas pessoas e também da cidade.

A dinâmica dos bares em sua maior parte ocupados por lésbicas no município diminuiu consideravelmente nas duas últimas décadas, as interlocutoras desta pesquisa oferecem diferentes hipóteses, apresentadas a seguir, para justificar essa dispersão. Contudo, o Cantinho JJ, inaugurado em meados de 2014, figura como recanto de resistência, inspirado por memórias dos bares das sapatões de antigamente, e chega a ter como clientes algumas pessoas que geriram ou circularam pelos bares mencionados há pouco.

O antropólogo brasileiro Magnani (1996), tomando recintos de lazer como espaços privilegiados de observação e estudos, identifica-os como potenciais viabilizadores de articulações e fortalecimento de vínculos entre pessoas que geralmente não gozam de direitos plenos de cidadania. Esses ambientes podem incitar múltiplas resistências. Exercidas, por exemplo, a partir do compartilhamento espontâneo de informações, experiências e estratégias, sem necessariamente apresentar correlações com movimentos políticos corporativos ou formais.

Desse modo, este estudo tem como alvo um grupo de pessoas que, a partir das relações que estabelecem em rede, e levando em conta suas particularidades e similitudes, partilham códigos e símbolos comuns. Elas tomaram um espaço, ou território, como referência para a vivência de determinado tipo de sociabilidade que, nos termos de Magnani (2007), configura-se como um *pedaço* dentro do vasto território que é a cidade. O pedaço reúne essas características e, concomitantemente, é o resultado e a condição para o exercício e o usufruto de práticas coletivas, inclusive de lazer e trocas de afetos. O autor utiliza o conceito de *pedaço* para pensar a dinâmica de territórios presentes nos bairros, utilizaremos aqui para reportarmos-nos aos bares.

O Cantinho JJ é o pedaço que enseja e abriga nossas observações, interações, interlocutoras e reflexões. Para chegarmos a ele nossos próximos passos imediatos serão de aproximação com as histórias de bares que o antecederam e com os quais tem muito em comum. Esses bares têm suas marcas em mapas não oficiais da cidade, e mesmo não estando mais em atividade, possuem a capacidade de atravessar épocas. Resistindo por meio de uma permanência assegurada seja por reproduções ou releituras de suas propostas, ou mesmo pelas memórias e narrativas de pessoas que viveram as dinâmicas desses antigos pedaços (MAGNANI, 1996).

Estando dispersos por lugares, ou bairros, diferentes, esses estabelecimentos constroem uma rede. Oferecem serviços similares e proporcionam sociabilidades com características peculiares e comuns, e mesmo não estando próximos territorialmente estabelecem uma comunicação por meio dos *trajetos* de suas clientes, frequentadoras. Essa teia configura-se como um *circuito*, para Magnani (1996).

Maria Santana dos Santos ficou conhecida como Maria de Kalú, Kalú era o apelido de seu pai, Seu Carolino, e foi a dona do primeiro "bar gay", como costuma dizer, de Campina Grande. De acordo com o historiador Ciro Linhares de Azevedo (2015), Maria nasceu no dia 1 de janeiro de 1936, campinense, cresceu nas mediações do bairro do Catolé, onde viria mais tarde a funcionar o seu bar. O estabelecimento surgiu em meio a uma contingência financeira pela qual ela passava. Com dívidas a quitar e desempregada, Maria recebia amigos em casa, e entre conversas e cervejas eles sugeriam que ela passasse a comercializar as bebidas.

No ano de 2009, Carlos Mosca e Ronaldo Nery dirigiram um documentário sobre a história de vida de Maria, em formato de curta metragem, em que ela conta que acatou a ideia, mas que a princípio dispunha apenas de uma geladeira pequena para armazenar as bebidas e petiscos que oferecia no bar. Ele funcionou por cerca de nove anos, de 1985 a 1996, na casa em que ela mora até hoje, na Rua Barão da Passagem, número 292. Tempo suficiente para eternizar-se nas memórias de suas frequentadoras e na história da cidade. Relata também, com orgulho, que nos dias em que o bar funcionava, costumeiramente aos domingos, a casa ficava sempre cheia.

Havia na porta de entrada um cadeado manuseado por ela, a fim de manter o controle das pessoas que entravam e saíam do recinto (LINHARES, 2009). Desse manejo decorria uma espécie de triagem, durante o curta ela também diz "Mas eu desconfiando que não era, não entrava não". Tratava-se de identificar se a pessoa em questão era ou não gay ou *entendida*, este é um termo usualmente empregado para referir-se a lésbicas. Ele foi utilizado diversas vezes por interlocutoras da pesquisa, e também por Maria, na ocasião em que estive em sua residência, em meados de agosto de 2016.

Visitei-lhe com parte da equipe que à época promovia encontros de preparação para o III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, sediado em Campina Grande em outubro de 2017. No mês em que a visita foi realizada o evento tinha como eixo norteador de suas discussões as lesbianidades, desse modo Maria foi convidada a comparecer para que lhe fossem prestadas homenagens. Estivemos com ela na Universidade Estadual da Paraíba, na noite de 27 de agosto de 2016, e no dia seguinte nosso encontro foi no Cantinho JJ, ela ainda não conhecia o bar, mas mantinha vínculos afetivos de outrora com Landa e Jeovana, elas também prestaram-lhe homenagens em 28 dezembro de 2015.

Ainda no documentário de Mosca e Nery (2009), em uma das falas Maria diz que precisou ter muita coragem para fundar e manter o bar, embora seja muito respeitada, enfrentou algumas adversidades. Durante a visita Maria nos contou de sua relação com a polícia, o que consta também no trabalho de Linhares (2015),

Maria de Calú usava a astúcia para dissimular o cotidiano do bar para as visitas repentinas da polícia, até conseguir construir uma relação de relativa amizade, para sobrevivência do bar longe da repressão policial:

“Dançava homem com homem, mulher com mulher e quando a polícia vinha eu gritava “troca! Troca! Troca! (risos). Depois que eu fiquei mais acostumada com eles, eles diziam que já sabiam que eu mandava trocar e que não precisava não, deixa as meninas à vontade... nos primeiros dias né? Eu tinha medo, mas depois não”. (LINHARES, 2015, p. 99)

As visitas da polícia, enquanto instituição de poder e controle, incitaram, por um tempo, o receio de Maria e também das frequentadoras. Além disso, a presença de quaisquer outras pessoas no espaço, que não compartilhavam das vivências e códigos de sociabilidade comuns a quem procurava o bar, oferecia uma iminente ameaça ao caráter de sigilo e segurança que o estabelecimento se propunha a oferecer.

Durante as primeiras incursões no Cantinho JJ constatei a presença de alguns policiais, a serviço, transitando rapidamente pelo bar, geralmente adentravam o espaço e dirigiam-se ao balcão. Na maior parte das vezes a equipe era composta por homens e apenas uma mulher, que não costumavam demorar. Em um momento oportuno perguntei a Landa como e qual era a relação delas com esses profissionais, ela contou que a princípio eles iam ao local por denúncias de um desafeto, mas que descobertas as falsas queixas estabeleceram uma relação amigável, eles têm aparecido esporadicamente.

A acuidade de Maria e Landa diante das intempéries que aparecem, inevitavelmente, em meio às dinâmicas do cotidiano dos bares proporcionou-lhes a capacidade de estabelecer estrategicamente relações de parceria com pessoas e instituições que poderiam exercer algum tipo de arbitrariedade. Essas articulações táticas são movidas também em função da segurança das pessoas que acessam esses lugares. Uma vez que, na maior parte das vezes, os escolhem por considerá-los seguros. Maria conta que, por ter um público notoriamente dissidente, e por consequência estigmatizado, quando as pessoas referiam-se ao bar em locais públicos o chamavam de Associação ou MK, uma espécie de código compreendido apenas por frequentadores (LINHARES, 2015).

De acordo com Magnani (1984) o pedaço assume um papel de liminaridade, ele está na fronteira entre a vida privada e a pública,

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade. (MAGNANI, 1984, p. 138)

Os bares, ou pedaços, que ensejam nossas reflexões agora são, marcadamente, espaços que proporcionaram ou proporcionam o exercício de experiências relativas às pulsões, desejos e sexualidades não tão bem aceitas em todos os lugares. Para referir-se ao Cantinho JJ, Elza, 36 anos, me disse que lá elas estão “em casa”, uma vez que ali não são impostos códigos de conduta que possam limitar gestualidades, expressões ou mesmo trocas de carícias, beijos.

Maria das Graças, 66 anos, ou Graça do Privê, como também é conhecida em Campina Grande, esteve a frente do Privê Drinks de 1978 a 1991. Hoje ela vai ao Cantinho JJ com frequência e é uma das grandes entusiastas da proposta do bar. O bar que foi dela, contemporâneo ao de Maria de Kalu, também apareceu nas falas de algumas interlocutoras como um dos estabelecimentos que compunham o circuito de bares lésbicos na cidade entre os anos 1970 e 1990.

A princípio Graça era cliente do bar, conta que na época em que esteve a frente do estabelecimento, a partir de 1978, a clientela era “misturada”, referindo-se às identidades sexuais e de gênero das pessoas que frequentavam. No entanto, entre meia noite e uma hora da manhã, a pedidos, ela fechava as portas para que as *entendidas* e gays ficassem mais confortáveis. O bar funcionava da segunda ao domingo de manhã e, segundo Graça, Maria de Kalu costumava frequentá-lo às quartas.

Os dias em que o Privê fechava, domingos, permitiam que Graça transitasse também pelo bar de Maria. Elas ainda mantêm contato e Graça me contou que no dia do aniversário de Maria, dia 1 de janeiro, costuma visitá-la. Disse também que o público dos bares delas era, em geral, o mesmo. Majoritariamente composto por mulheres jovens, formando casais ou não.

Essas pessoas circulavam, segundo ela, pelos dois bares citados e também pela Toca do Caranguejo, localizado no bairro do Santa Rosa, administrado pelo casal Menininha e Russiu, que fechou, de acordo com Landa, há cerca de 12 anos. Além

disso costumavam ir à Boate Queen, hoje a Boate Vogue - Campina, que desde que foi fundado pertence a Ana, mas agora bem menos frequentado por mulheres, segundo Elza.

Os *trajetos* que movimentavam esse circuito tinham função de uma via de abertura dos pedaços, pondo-lhes em comunicação com o que há em sua exterioridade e também com outros pedaços similares (MAGNANI, 1996). Do circuito de outrora ficaram a memória, as similitudes e a inspiração para o pedaço que é ensejo para esse trabalho, o Cantinho JJ.

2.2 - NOTAS METODOLÓGICAS SOBRE O CAMPO E A PESQUISA

De acordo com Aline da Silva Piason (2008), existem diversas maneiras de estar no mundo e de vivenciar o exercício da sexualidade, esteja ele atrelado ou não a qualquer categoria ou identidade sexual e de gênero. Tendo as identidades e a linguagem limitações discursivas (BUTLER, 2015. WITTIG, 1980), algumas pessoas são arbitrariamente encaixadas em quadros categóricos imediatistas com os quais não chegam a se identificar. É o caso de algumas interlocutoras deste trabalho que, sendo lidas socialmente como mulheres e se relacionando com outras, não se vêem contempladas, por exemplo, pela categoria lésbica. Ou ainda, se identificando como lésbicas, não se identificam como mulheres, mas como homens também não.

Procurei me aproximar da complexidade das significações que essas pessoas têm dado às experiências que compartilham, bem como do funcionamento do sistema de classificações, ou nomeações, que elas engendram. Tentando, desse modo, perceber em que medidas subjetivam, subvertem e reiteram os ditames da heteronormatividade. Os dados que surgiram a partir das interações, observações e entrevistas apontam, simultaneamente, diversas aproximações e distanciamentos com algumas elocuições teóricas e ativistas.

Interessou-me também observar os formatos das relações que estabelecem, entre amigas, nas parcerias afetivo sexuais ou com o pedaço no qual estão inseridas. Considerando que, em se tratando de sociabilidades, sempre existirão conflitos

inerentes às peculiaridades que essas relações apresentam. Nesse esteio, um elemento para o qual procurei dar especial atenção foi o estabelecimento de assimetrias, presentes em alguns discursos, gestuais ou verbais, provenientes de um processo de internalização e subjetivação de binarismos e dicotomias hierárquicas construídas a partir da heteronormatividade, potente mecanismo de controle do dispositivo da sexualidade.

Antes de me aprofundar nos dados decorrentes do processo de pesquisa de campo e entrevistas, contextualizo aqui o meu pertencimento à área de conhecimento na qual este trabalho está inserido, bem como minha presença no pedaço estudado. Existiram inevitáveis implicações e percalços provenientes dos encontros e desencontros causados pelo meu não pertencimento ao grupo, pela “vontade de saber”, discutida por Foucault (2017), emergente tanto dos pares da academia, nas sutilezas, quanto das interlocutoras, com insinuações ou questionamentos explícitos quanto à relação que supunham haver entre minha sexualidade e o interesse de pesquisa.

A saber, a emergência dos estudos de gênero se deu em meados dos anos 1980 e 1990, e esteve estreitamente associada a pautas de movimentos sociais. De acordo com a antropóloga Nádia Eliza Meinerz (2006), uma parte significativa das produções do campo foram emplacadas por pessoas que vivenciavam as experiências abordadas pelos trabalhos. É também nesse contexto que emergem as problematizações acerca da legitimidade da escrita de pesquisadores(as) não pertencentes aos grupos estudados.

Não me deparei, na academia, com questionamentos diretos referentes a esta questão, não identifico se a motivação se dá pelo fato de a problematização ser considerada irrelevante nos lugares onde transitei, ou se porque houve um subentendimento de que meu interesse de pesquisa deriva de um pertencimento identitário ao público estudado. O fato é que, ao contrário do que me aconteceu na universidade, em algumas redes de sociabilidade as quais pertencço e no campo de pesquisa, minha sexualidade foi colocada em pauta diversas vezes. Em tom descontraído ou de maneira bastante direta algumas interlocutoras insinuavam ou perguntavam se eu também era entendida.

Aproveito o ensejo para explicitar algumas questões referentes ao pedaço explorado, o Cantinho JJ. O primeiro contato que tive com Landa e Jeovana foi ainda na graduação, durante uma festa em um bar que eu costumava frequentar à época e onde cheguei a fazer algumas incursões para este trabalho. Elas também o frequentavam e na ocasião em que tivemos contato estavam divulgando uma festa a fantasia que realizariam nos próximos dias no Clube da Bolsa, no centro da cidade. Não cheguei a ir, mas durante a pesquisa soube que a festa também se propunha a celebrar os 79 anos que Maria de Kalu faria em janeiro de 2015.

Imagem 1. Festa à fantasia no Clube da Bolsa em homenagem a Maria de Kalu. Na foto ela, sentada, Landa e Irismar Crispim (à direita).



Fonte: Arquivo Pessoal de Landa e Jeovana.

A primeira visita que fiz ao bar foi em meados de maio de 2016, junto à equipe do III Seminário Internacional Desfazendo Gênero, a fim de encontrar uma parceira do evento que frequentava o bar, que nos apresentaria a Landa e Jeovana. Por ser uma noite de festa, elas não puderam se demorar em uma conversa mais

aprofundada, no entanto foram bastante receptivas e sempre que podiam se dirigir à mesa, nesses momentos a proposta do evento foi-lhes apresentada e manifestamos o interesse em construir uma parceria, concretizada na realização do Seminário. Elas contaram de maneira breve a história do bar, e falamos também sobre minha intenção de pesquisa, mas combinamos de conversar melhor em outro momento.

Passados alguns meses voltei ao bar e, diante da impossibilidade de falar também com Jeovana, porque estava muito ocupada, retomei com Landa a conversa sobre a pesquisa. Diante da afirmativa que ela deu, consentindo minha estadia no estabelecimento, expôs o fato de que elas vinham abrindo o bar esporadicamente. por falta de tempo e pela dificuldade que julgam ter de manter o público em caso de funcionar todos os domingos.

Perguntei se havia outro lugar em Campina Grande com características similares às do bar delas, ela disse desconhecer. Dizendo ainda que acredita que isso se deve ao fato de que as dissidências, nesse caso em especial a lesbianidade, são melhor aceitas e respeitadas em uma diversidade de espaços, ao contrário do que acontecia em sua adolescência, início da juventude, quando frequentava bares como a Toca do Caranguejo e Maria de Kalu.

Além de Landa e Jeovana, trabalham no bar mais duas pessoas, a mãe de Jeovana que se encarrega pelas demandas da cozinha e um rapaz que costuma ficar na portaria, vendendo as pulseiras que garantem a entrada e executando também estratégias de segurança. Jeovana alterna entre a portaria, recebendo o pessoal, e a assessoria às atrações musicais, faz os registros das festas pelo celular e movimentava as redes sociais antes e durante os eventos. Landa é a responsável pela venda e distribuição das bebidas, o estabelecimento não dispõe de garçonetes ou garçons, as clientes se dirigem ao balcão para fazer e receber os pedidos. As bebidas mais consumidas são cerveja, vinho e uísque.

Em diferentes momentos o casal enfatizou, com tom orgulhoso, que a casa é majoritariamente frequentada por mulheres, muitos casais, e que são elogiadas por isso. Desse modo, tentam manter essa característica, a fim de preservar o caráter reservado e aconchegante do local. Landa contou dos artifícios que utilizam para conseguir este feito, em distintos momentos e também na entrevista, segue a transcrição do trecho

Eu: Como é que vocês fazem isso?

Landa: Sobre?

Eu: De não deixar esse pessoal entrar, de despistar um pouquinho...

Landa: Cê quer falar? [Se referindo a Jeovana]

Jeovana: Não, vá, fale.

Landa: Tipo assim, chega a galera que você sabe que não é. Sabe que não é da turma... tá entendendo? [Referindo-se a homens que não são gays] Chega uma turma, é... num carro, de cinco, seis machos. Que a gente sabe que não é, sabe que veio pra passar droga, pra dar em cima de alguém (...) Esses 'boyzim' mesmo que a gente sabe que não é... Aí quando chega que pergunta "Aqui é o Cantinho JJ?". Aí o segurança já sabe, já conhece, né? Aí diz "É sim", "Quanto é a entrada?", "Cinquenta, sessenta reais". Eles não pagam, tá entendendo? "Mas cinquenta, sessenta reais?!" "É, a festa hoje é privada, é alugado o espaço". Aí pronto, livra da gente qualquer tipo de confusão. E assim vai se espalhando, "Ah, ali é caro demais a entrada". Aí já sabe que 'num' é pra ser bem desejado, 'num' vem. E a gente não arruma confusão com ninguém, já não vem por causa disso. Se quiser pagar cinquenta, sessenta reais entra. Mas seis caba vai pagar trezentos 'conto' praticamente pra entrar? Num vai. Tá entendendo? Aí se fosse aquela coisa de cinco, seis reais, oito, dez, tava cheio. Mas pra gente num...

Jeovana: A gente não visa só o dinheiro.

Durante a entrevista que realizei com Graça, esse foi um dos aspectos pelos quais ela disse frequentar o Cantinho JJ, a preocupação as "as meninas" têm de restringir, na medida do possível, o acesso a mulheres.

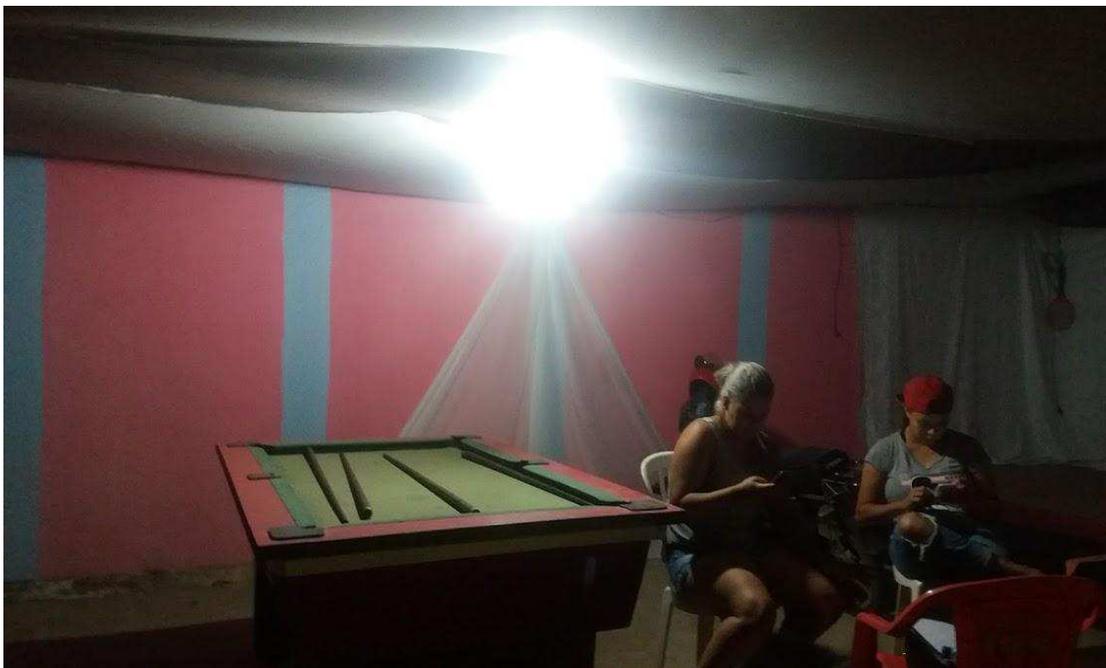
Em termos de estrutura física o bar dispõe de um espaço relativamente grande onde as mesas e cadeiras ficam distribuídas, o espaço em forma de L tem o chão de terra, não é cimentado, e fica ao redor de uma pequena parte coberta, cimentada e com um leve relevo, o palco. Esse é o *dance* do bar, coberto, tem uma sinuca, deslocada em alguns dias de festa para dar espaço a quem queira dançar. Ao fundo do espaço existe um pequeno banheiro, na parte externa do bar, e uma pequena porta que dá acesso ao banheiro interno, ao balcão e à cozinha.

Imagem 2. Fundo do local onde ficam dispostas as mesas, com o banner que contém a logomarca do bar. A porta pequena dá acesso ao balcão branco, visível na foto.



Fonte: Autoral

Imagem 3. Jeovana e Landa, à esquerda e direita respectivamente, num dia de folga. Esse é o dance do bar, atrás de landa, ao fundo, e um pouco escuro, está o palco.



Fonte: Autoral

Na época em que voltei ao bar já havia transitado por outros lugares e grupos, como já dito, e as diferenças que me saltavam aos olhos naquele espaço foram ao mesmo tempo o critério para a escolha e um desafio a ser encarado. No que concerne à aproximação com as interlocutoras, a princípio tive receio em relação à aceitação delas à proposta e a mim quando soubessem o que me levava ali. Tive receio também de que elas ficassem desconfortáveis, reconhecia minha condição de *outsider* naquele pedaço (MEINERZ, 2006).

Diante das apreensões que surgiram, e sem nada a fazer senão me lançar ao desafio fui ao campo. Uma das vezes fui acompanhada por uma colega que já conhecia o bar. Por já ter circulado em outros espaços e entender um pouco a dinâmica deles, eu sabia que seríamos interpretadas como um casal e isso dificultaria a aproximação de outras pessoas.

Passamos um tempo perto do balcão conversando com Landa e observando o fluxo de pessoas, em seguida escolhemos uma mesa num ponto central do espaço, de onde conseguíamos ter uma visão ampla das pessoas que estavam ocupando as outras mesas. Mais uma vez a presença massiva de casais, as atrações musicais da noite eram Bethânia e Stella Soares, que costumam tocar em bares e boates na noite de Campina Grande. Havia algumas pessoas em pé, a maior parte alternava entre levantar para dançar e sentar novamente.

Perto do banheiro externo estavam cerca de dez mulheres, dentre as quais alguns casais e outras que pareciam não estarem acompanhadas, essas dançavam entre si, e transitavam mais que os casais por todo o espaço. Uma delas, a que tinha uma performance mais masculinizada, em um determinado momento notou que eu as olhava, acenou e sorriu, retribuí.

Comentei com a colega que me acompanhava que tinha receio de que ela, a mulher que acenou, interpretasse a minha devolutiva como um sinal de flerte. Pouco tempo depois a colega disse que ia ao banheiro, e em seguida teria que ir a outro compromisso, eu ficaria para tentar observar mais e, se houvesse oportunidade, tentar me aproximar de alguém para conversar.

Chamarei de Elke a pessoa para quem acenei de volta, por não ter seu consentimento para citar seu nome. Quando a colega foi ao banheiro ela se aproximou, perguntou se era minha companheira, eu disse que não. Ela sorriu e saiu,

em seguida voltou com uma amiga, a quem chamarei de Darcy, perguntou se poderiam sentar à mesa e eu disse que sim. No ensejo nos apresentamos e eu disse o que me levava ali. Assim como acontecera no outro bar, de público “misto”, quando me apresentei e contei da intenção de pesquisa, elas pareceram ignorar. Era como se não se vissem no escopo de potenciais interlocutoras, ou, o que acho menos provável, como se a situação fosse demasiadamente familiar, de modo que a intenção de pesquisa não provocasse sequer uma curiosidade.

Em determinado momento, em tom de brincadeira, elas insinuaram novamente que eu me relacionava com a colega que me acompanhava, que no momento já havia se ausentado, perguntaram se ela havia ido embora porque a presença delas gerou alguma indisposição entre nós. Reiterei que não, e que estava no local com o intuito de conhecer e dialogar com as frequentadoras do bar para fins de execução um trabalho de pesquisa acadêmico. Com tom de surpresa e desconfiança Darcy indagou “Mas tu não tá me estudando não, né?”. Expliquei que estava ali para participar da dinâmica do bar e interagir, que isso fazia parte da pesquisa, mas que em outro momento realizaria algumas entrevistas, e que se ela se dispusesse a contribuir com essa etapa poderia ser uma das entrevistadas.

Em outros momentos outras insinuações e questionamentos surgiram, vindo de outras interlocutoras. Meinerz (2006), realizando também uma pesquisa sobre lesbianidades, mas tendo como interlocutoras mulheres de circuitos similares ou comuns aos seus, esteve em situações semelhantes. Só tive conhecimento do trabalho dela na época em que estava finalizando as visitas ao campo, mas suas reflexões foram alento para minhas inquietações, segue um trecho

Durante todo o trabalho de campo, a justificativa do interesse de pesquisa jamais foi considerado razão suficiente para a minha presença nos espaços de sociabilidade, de forma que a minha qualificação como ‘pessoa que ainda não se descobriu’ forneceu-me um lugar legítimo no ordenamento das interações sociais. (MEINERZ, 2006, p. 95 e 96)

A antropóloga também teve sua sexualidade e seu real intuito de inserção naquele pedaço questionados algumas vezes. O questionamento de Darcy despertou em mim uma inquietação quanto à clareza de meu discurso quando me apresentava. Duvidei da nitidez dele e de minha ética, mas as falas dela e de outras interlocutoras

ao longo do trabalho de campo, bem como nas entrevistas, me fizeram perceber que, como disse anteriormente, as categorias lésbica e mulher nem sempre as contemplavam. Por não saber, no princípio, quais os termos que elas costumavam utilizar para se denominarem, e conhecendo alguns, não sabia como eram compreendidos por elas, disse sempre que estava realizando um trabalho de pesquisa sobre sociabilidades de mulheres lésbicas em Campina Grande.

A respeito das divergências que podem haver entre as categorias utilizadas por pesquisadora e interlocutoras, ou mesmo as diferenças que podem aparecer entre ideias ou posicionamentos, Meinerz (2006), fazendo menção a Geertz (2001), recomenda que não sejam vistas como percalços, mas como potenciais ferramentas de análise. Conhecer a maneira como as interlocutoras pensam a dinâmica dos relacionamentos que se estabelecem entre as pessoas que frequentam o pedaço estudado e, entre outras coisas, como nomeiam umas às outras a partir de traços que identificam como acentuados em seus corpos e performatividades, me possibilita acessar pontos onde não conseguiria chegar com algumas categorias de análise que, na ausência de outras, levei ao campo.

A linguagem é mesmo diversa, porém limitada, assim como são também as identidades (SILVA, 2009. BUTLER, 2015). A discussão trazida no primeiro capítulo me proporcionou a compreensão dos processos de construção e dessa limitação como um fato, um problema, mas não como um empecilho. O que, por sua vez, me auxiliou na compreensão das nuances da linguagem e das identidades com as quais me deparei no campo de pesquisa.

Meinerz (2006) enfatiza a importância do compromisso moral e ético que é estabelecido pelas escolhas teóricas e epistemológicas do pesquisador, bem como a partir das categorias que ele elege para utilizar em seu trabalho e análise. Ao passo que utilizo categorias que não contemplam em plenitude as interlocutoras, alternando com as coloquiais que são utilizadas e compartilhadas por elas, tenho consciência da limitação dos usos de ambas e compreendo a impossibilidade de haver alguma que as contemple universalmente.

A infinidade de nomes que elas utilizam para referirem-se a si e a suas (des)semelhantes não serão o bastante para que cheguemos a um consenso ou a

uma categoria que represente o que Preciado (2011) chama de, no lugar de minorias, multidões queer. Ela diz que

Não há uma diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade das potências de vida. Essas diferenças não são 'representáveis' porque são 'monstruosas' e colocam em questão tanto os regimes de representação política *per se*, quanto os sistemas de produção de saber científico dos 'normais'. (PRECIADO, 2011 p. 23)

Outro aspecto da metodologia que me parece relevante discutir aqui é a observação participante. A permanência em campo, não só com a finalidade de observar, mas também de participar das dinâmicas e fluxos do ambiente, com a devida atenção para imergir e tomar nota dos acontecimentos simultaneamente, pode ser mal compreendida a princípio. Das práticas compartilhadas do bar, a que eu evitei foi ingerir bebidas alcólicas, tomei algumas cervejas nas primeiras vezes, com o intuito de não destoar muito mais do que destoava naturalmente. Mas à medida que me aproximei das interlocutoras fui deixando de beber e esse era também um dos comportamentos reiteradamente questionados por elas.

As provocações e suspeitas eram expressas com uma entonação de brincadeira em meio às interações e diálogos. “Uma pesquisa num bar, né? Sei... (risos)”, na ocasião em que aceitei um convite de Elke para dançar, Darcy disse rindo “Essa pesquisa tá boa demais!”. Em outros momentos a própria Jeovana brincou com o fato de eu estar ali “pesquisando”, em tom também desconfiado. À Landa e Jeovana expliquei mais uma vez, no dia em que nos encontramos para realizar a entrevista, o que eu objetivava participando das atividades do bar junto às frequentadoras.

O que esses episódios apontam é reflexo do constructo da objetividade da ciência moderna ocidental, tecida a partir de um ideal que relaciona objetividade a uma imparcialidade inexistente (PEREIRA, 2014). Mas diz também do acesso que muitas pessoas ainda não têm à produção do conhecimento, o que pode resultar no desconhecimento de formas alternativas de produzi-lo a partir de perspectivas que destoam e criticam a dita hegemônica e entendem o sentido de objetividade, por exemplo, pela via do saber parcial e localmente situado (HARAWAY, 1995).

A observação participante proporciona uma inserção tão profunda, a depender da recepção e adaptação de pesquisadoras e interlocutoras, que possibilita o acesso

à aspectos da sociabilidade estudada que, apenas por discursos formais ou entrevistas, talvez não pudessem ser acessados. Meinerz (2006) fala da possibilidade que se abre para observar o inobservável, ou o que não se vê ou não se ouve diretamente, mas se percebe no conjunto do cotidiano, em falas e práticas discursivas. Magnani (1996) aborda a percepção de “(...) uma ordem, um ritmo, regras. Os usuários obedecem a essa ordem sem necessariamente dar-se conta disso, pois o padrão está internalizado. Ao pesquisador cabe identificar tais regras” (p.17).

O desfecho do trabalho de campo se deu com a realização de algumas entrevistas, o conteúdo delas será abordado com mais detalhes no terceiro capítulo. A princípio pensei em um roteiro semi-estruturado de questões, organizadas por eixos de investigação. Mas com vistas a interromper o mínimo possível as falas delas, a fim de não impor uma certa autoridade ou mesmo induzir respostas, optei por realizar entrevistas não dirigidas. De acordo com Lakatos e Marconi (2003) esse tipo de entrevista possibilita ao entrevistado uma posição de conforto para discorrer abertamente sobre temas propostos pelo entrevistador. Este, por sua vez, tem como função lançar alguns assuntos sobre os quais queira saber, sem interromper sucessivas vezes a fala do interlocutor, direcionando, com sutileza, suas falas.

Para iniciar as entrevistas pedi que contassem um pouco de suas trajetórias enquanto mulheres lésbicas. Espontaneamente as respostas se entrecruzaram em muitos pontos, aspectos. Quando notava alguma lacuna ou elemento interessante à pesquisa pedia, em momentos oportunos, para que falassem um pouco mais sobre. Ao final das cinco entrevistas, avalei o método como sendo o ideal, notei que elas ficaram bastante confortáveis.

Antes de iniciar eu pedia a permissão delas para gravar em áudio, apenas Graça não consentiu, e nesse caso estive mais atenta às anotações durante toda a conversa. Ao final apresentei a elas um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1), versando sobre o intuito da pesquisa, além disso nele consta um item acerca da permissibilidade para usar ou não seus dados pessoais neste trabalho. Eles foram impressos em duas vias e assinados por ambas.

CAPÍTULO III

“EU VOU DIZER UMA COISA A VOCÊ, BAR DE ENTENDIDA TEM DE TUDO”: DISCURSOS SOBRE MÚLTIPLAS SEXUALIDADES, DESEJOS E AFETOS

Durante a entrevista na garagem de sua casa, em obras à época, Graça me contou com ares de nostalgia sobre algumas experiências que teve estando à frente do Privê Drinks por quase treze anos. Disse que às vezes encontra antigas clientes que sugerem que abra um novo bar, e por isso às vezes sonha que está reabrindo o Privê e já pensou em construir um estabelecimento do gênero em sociedade com Landa, que de acordo com ela a chama de Pai. Mas o desejo se confunde com a indisposição para enfrentar os desafios que a lida diária de um bar apresenta.

Contando que aprendeu muito com o Privê, sobre a vida e as entendidas, ela disse que em “bar de entendida tem de tudo”. Assim como as observações que fiz no campo e as falas das demais interlocutoras, as histórias contadas por Graça, sobre situações do cotidiano do bar, os relacionamentos que o tinham como cenário e sobre a vida de algumas frequentadoras, apresentam uma vastíssima gama de possibilidades e vivências de sexualidades subversivas. Subvertem por não caberem nas caixas da dicotomia dos gêneros, os desejos não obedecem a uma lógica normativa e não se materializam em consonância com a coerência que a heteronormatividade preconiza entre aparato biológico, identidade sexual e de gênero, desejo e prática sexual.

As reiteraões e incongruências dos estereótipos de gênero acontecem simultaneamente. A fixidez e a universalidade das identidades só existem no plano das ideias. Não são genuínas e incontestáveis, senão erigidas através do compartilhamento de símbolos, códigos de sociabilidade que necessitam ser constantemente repetidos, reafirmados (BUTLER, 2015). Mediante pequenos vacilos, entre caixas ou nuances, as identidades são postas à prova. Questionados, os indivíduos são impelidos à correção seus comportamentos ou assumem o risco de lidar com os perigos da subversão, sendo abjetos.

Mas esses códigos, passíveis de serem performados, por não serem fixos ou inerentes, são também manipuláveis. Essa manipulação pode ser exemplificada pelos

depoimentos que ouvi em meio ao trabalho de campo a respeito de mulheres que, sendo conhecidas como bofes, por performarem predominantemente traços de masculinidades, quando se prostituíam, tendo homens heterossexuais como clientes, utilizavam de “códigos de feminilidade” com os quais nem se identificavam, a fim de atraí-los.

Tendo em vista todos esses aspectos, bem como as limitações da linguagem e das categorias identitárias, procurei imergir nas experiências proporcionadas pelo campo e pelas falas das entrevistadas sem a pretensão de aferir a medida em que elas se identificam ou não como lésbicas ou mesmo mulheres. O intuito foi, na verdade, a tentativa de apreender as ferramentas, os elementos e transações presentes nas relações que essas pessoas estabelecem mutuamente, transgredindo uma norma que se pretende fixa e universal, levando em consideração as características dos pedaços e circuitos por onde transitam, e dos grupos que eles agregam.

Tomando como ponto de partida as experiências e interações proporcionadas pela estadia em campo e os conteúdos das entrevistas, neste capítulo abordaremos, num primeiro momento, a produção discursiva das identidades e do gênero, considerando as modulações identificadas nos dados da pesquisa.

Em seguida, discutiremos as peculiaridades dos relacionamentos que são estabelecidos entre essas pessoas, apontadas pelas próprias interlocutoras e observadas durante as interações com e entre elas, percebendo aproximações e distanciamentos com alguns discursos ativistas, por exemplo, uma vez que trata-se de um grupo que não dialoga com movimentos sociais organizados, ou feministas, diretamente. Mas que também orchestra uma série de subversões e táticas de resistência. E longe da romantização presente em alguns desses ativismos, também considero os aspectos nocivos que foram observados nos discursos, como a noção de posse, as relações assimétricas e, por vezes, reações agressivas. Muitos desses elementos estão extremamente afinados com ideais heteronormativos.

3.1 - “BOFE TEM QUE SER BOFE E RACHA TEM QUE SER RACHA”?: quando as identidades vacilam e a fixidez do gênero se torna insustentável

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos.
A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine,
mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de
cada dia. (Eduardo Galeano, n'O livro dos abraços, 1989)

No primeiro capítulo introduzimos a discussão acerca da produção das identidades, partindo das contribuições de Silva (2009). Sabemos que elas se engendram a partir de processos de diferenciação que não só nomeiam, mas também hierarquizam. Uma identidade só se concebe por meio da relação mútua e imprescindível que estabelece com o que lhe é diferente, que simultaneamente lhe constrói como oposto. E, assim como a linguagem, é propensa ao vacilo, pode escapar às mãos de quem tenta prendê-la.

As considerações que o autor faz sobre as identidades de uma maneira geral são também compartilhadas por Butler (2015), quando discute os problemas das identidades de gênero. Ela entende que os sujeitos são produzidos por processos de legitimação e exclusão. Para problematizar essas identidades a filósofa trata, a princípio, das diferenças entre sexo e gênero, tecendo uma crítica aos reducionismos que abordam o sexo considerando que ele está para a natureza assim como o gênero está para a construção social ou cultural. Ela alerta que é importante que atentemos para os processos que constroem esses discursos, de onde partem, a que interesses e a que instituições servem.

De acordo com a autora, a própria ideia da produção do gênero como uma construção social pode ter significados problemáticos a depender da abordagem. Ele aparece geralmente como algo determinado ou o contrário, como uma escolha do indivíduo, isolada de outros fatores que podem influir na questão, ordenada apenas por seu desejo. O corpo, nessa perspectiva, figura como um elemento passivo. Porém, Butler (2015) aponta-o como ferramenta de fundamental importância no processo de circunscrição dos gêneros e das experiências sexuais.

A heteronorma, imposta como parâmetro para todas as relações sociais, estejam elas relacionadas à sexualidade ou não, heterossexuais ou não, é na verdade

um sistema político minuciosamente calculado e implementado, de acordo com Preciado (2011). É dele que partem as noções de, por exemplo, homem e mulher, como sujeitos “normais” ou “naturais”, com características específicas e genuinamente heterossexuais.

As identidades sexuais e de gênero, organizadas geralmente em pares oponentes e assimétricos expressam a lógica da heteronormatividade. As categorias pelas quais as interlocutoras se identificam e organizam, expressam seus posicionamentos nas relações que estabelecem. Elas apresentaram alguns pares organizados por binômios de sentidos opostos, além disso alguns outros “nomes” expressando uma certa recusa a mulheres que também se relacionam sexual e/ou afetivamente com homens.

As mulheres que expressam em suas performances corporais e sexuais traços do que se constituiu historicamente como masculinidade foram chamadas por elas de *bofe*, *sapatão*, *machuda*, *o sapatão macho*, *boy*. As que performavam feminilidades, por sua vez, foram chamadas de *racha*, *sapatilha*, *a sapatão fêmea*, *cocotinha*. As expressões *sapatão*, *gay* e *entendida* foram utilizadas algumas vezes para fazer menção às lésbicas de uma maneira geral.

Elza falou ainda sobre a *borracha*, que para ela é a mulher lésbica que é ativa no ato sexual e tem traços de masculinidades em seu comportamento, no entanto se vê impelida a performar uma determinada feminilidade para não “dar pinta”, por não querer ter sua sexualidade assumidamente exposta, a fim de evitar indisposições com familiares ou outras pessoas. Para Landa, a *borracha* é a mulher bissexual.

Cabe evidenciar que as noções de ativa e passiva que foram mencionadas remetem à penetração vaginal, com dedos ou objetos variados. De acordo com as falas, as bofes não costumam se deixar penetrar e, por vezes, nem sequer permitem ser tocadas. Contudo, entendo que este é um discurso local e com limitações, em vista da variedade de configurações das experiências e preferências não inventariáveis que existem.

Elza me apresentou ainda duas categorias, com tom de deboche e desaprovação, a *flex*, que é a mulher que segundo ela “não se define”, fica com homens e mulheres, por estar ainda experimentando e não ter preferências sexuais definidas, para Graça essa é a *mulher que corta dos dois lados*. A outra foi a *biscoito*.

Elza: Tem muitas que são lésbicas e vivem com homens pra dar o que... satisfação à sociedade!

Eu: Não chega a ser uma borracha? É mais que isso, né?

Elza: É, é bi, né? [risos] As 'famosa' biscoito.

Eu: E como é a biscoito?

Elza: É um 'pedacim' pra uma, um 'pedacim' pra outro. [risos]

O fato é que essas categorizações se organizam em torno de uma lógica, tentando enquadrar em novas caixas identitárias as identidades que, subvertendo a norma, já estão fora do *hall* do que é considerado normativo, normal. A heteronormatividade rege, em muitos aspectos, esse esforço de nomeação, identificação. No entanto, isso não implica na reprodução da heterossexualidade, seria no máximo uma repetição dela, Butler (2015) afirma

A “presença” das assim chamadas convenções heterossexuais nos contextos homossexuais, bem como a proliferação de discursos especificamente gays da diferença sexual, como no caso de *butch* e *femme*³ como identidades históricas de estilo sexual, não pode ser explicada como a representação quimérica de identidades originalmente heterossexuais. E tampouco podem ser compreendidas como insistência perniciosa de constructos heterossexistas na sexualidade e na identidade gays. A repetição de constructos heterossexuais nas culturas gay e hétero bem pode representar o lugar inevitável na desnaturalização e mobilização das categorias de gênero. A replicação de constructos heterossexuais em estruturas não heterossexuais salienta o status cabalmente construído do assim chamado heterossexual original. Assim, o gay é para o hétero não o que uma cópia é para o original, mas, em vez disso, o que uma cópia é para uma cópia. (BUTLER, 2015, p. 66 e 67)

A pesquisadora brasileira Andrea Lacombe (2006), fazendo menção a Haraway (1995), fala nessa repetição como uma espécie de simulação. A heterossexualidade existe como um tipo ideal, um parâmetro que é construído discursivamente, portanto não é o que há de pré-discursivo, fixo e incontestável no que tange às identidades. Ele pode ser deslocado, adaptado e reapropriado de maneiras diversas, a depender do contexto e dos indivíduos. A simulação dos constructos heterossexuais desnaturaliza-os à medida em que nunca consegue chegar à totalidade do que preconiza essa “ficção reguladora” (BUTLER, 2015).

³ Termos que equivalem às noções de bofe e racha, respectivamente.

No processo constante de construção dos gêneros, em suas variações, por meio de performatividades, uma gama de indivíduos escapa aos padrões binários e heterossexuais. Abjetos, transgressores, eles não são assujeitados pela norma. No entanto são imprescindíveis, enquanto exteriores constitutivos, para que ela seja reiteradamente legitimada. Sendo exterior à norma, a abjeção também é parte do que ela é para que possa se reafirmar.

A abjeção, sempre desaprovada, ameaça a norma pela possibilidade que tem de expor os pressupostos, não tão fixos quanto se pretendem, da construção da sexualidade. Butler (2015) sugere que essa ameaça, uma vez que seja utilizada estrategicamente, pode ser uma ferramenta política de desestabilização e ressignificação dos códigos de legitimidade e símbolos de inteligibilidade sexual. Além disso, pode ser o ensejo de uma crítica contundente às identidades, como são e foram impostas em sua construção.

O corpo ininteligível aos parâmetros normativos amedronta e inquieta. A perturbação que a abjeção causa, sendo uma zona não habitável da vida sexual, pode predispor dinâmicas de violência e rechaço (BUTLER, 2015). Elza narrou o episódio em que seu pai, pastor de uma igreja protestante, descobriu seu envolvimento sexual e afetivo com uma mulher, aos 16 anos. “Aí ficou sabendo que eu tava me envolvendo com uma mulher, aí perguntou se era verdade. Eu disse ‘É, é verdade’, e ele começou a gritar assim ‘Seja como seu pai, macho!!!’. Aí eu disse ‘Eu tento!’ (risos)”.

Na continuidade da discussão ele lhe agrediu física e verbalmente e quebrou seus dedos das mãos a pauladas. Além de ficar posteriormente acamada, em decorrência da recuperação dos danos físicos, ela teve que procurar fisioterapia a fim de recuperar a coordenação motora dos dedos e mãos, que julga imperfeitas desde então, para conseguir voltar a escrever.

A recusa do pai de Elza deriva, em muito, da subjetivação de uma verdade sobre o sexo, construída historicamente (FOUCAULT, 2017). Essa verdade se erige a partir de uma espécie de heterossexualização do desejo, como exigência e condição para a coerência e lisura da sexualidade. A regulação das sexualidades e identidades a partir de uma ideia que remete a uma obrigatoriedade, “tem que ser”, de se encaixar em algo que, ainda que seja subversivo em relação à norma, seja categorizável e minimamente aceitável no jogo de simulações.

A maior parte das categorias apresentadas há pouco, utilizadas pelas interlocutoras, se organiza pela lógica da simulação de constructos heterossexuais. Para Graça essa ordem seria uma imitação dos relacionamentos heterossexuais. Para Elza esse é o formato aceitável das relações entre mulheres,

Elza: Ah, eu acho que se for pra eu me atrair por uma mulher masculina como eu, eu me agarro com um homem, né? Porque na minha cabeça deus é tão perfeito, tão perfeito, que eu concordo que ele fez o homem pra mulher, que você vê, é normal... você vê um bofe com uma racha. Dificilmente você vê duas rachas, duas mulheres femininas juntas, ou duas mulheres masculinas juntas. Então deus é tão perfeito, né? Que quando duas mulheres estão juntas uma tem característica masculina e outra feminina.

Eu: Como é que tu percebe quando tem isso da racha com a racha e a bofe com a bofe?

Elza: Eu acho feio [risos]. Olho assim “Oxen, que negócio ‘fêi’ da mulesta”. Apesar que eu só vi duas vezes, é um desperdício quando eu vejo duas rachas juntas. Eu penso “Ô meu deus, duas mulheres femininas juntas”. Mas muitas vezes uma é a bofe camuflada né? A famosa borracha, num sei se tu já ouviu falar essa expressão. (...)

O que está por base da ideia de Elza senão a subjetivação da heteronormatividade? Daí a razão de Preciado (2011) em asseverar que, sendo um regime político, ela não se restringe às relações heterossexuais, mas permeia todas as configurações. Os relacionamentos lesbianos causam desconforto à heteronorma em sua desconformidade com os constructos heterossexuais, mas a lógica regulatória é forte de tal maneira que é também subjetivada e imposta mesmo em âmbitos de subversão.

Em alguns momentos surgiram nas falas de diversas interlocutoras, nas conversas ao redor das mesas do bar e nas entrevistas, dentre elas Landa e Elza, colocações inquietas com as “indefinições” percebidas nas entendidas da “nova geração”. Elza disse que elas são uma mescla, não se consegue defini-las com facilidade tendo como indicador suas performances, disse que as vê como uma junção de biscoito com flex e borracha. Disse ainda que tem como parâmetro a maneira como eram as lésbicas com quem teve contato na época em que frequentou o bar de Maria de Kalu, e tem esta como referência de masculinidade. Finalizou a colocação dizendo “Porque bofe tem que ser bofe e racha tem que ser racha, acabou-se”.

É interessante notar a incongruência que há nesse discurso, uma vez que é uma adaptação, dadas as devidas proporções, dos discursos que não toleram as identidades lesbianas de uma maneira geral, sem sequer atentar para as subcategorizações engendradas por e entre elas. Elke também fez apontamentos similares em alguns momentos sobre a incredibilidade que passam as mulheres que transitam entre ativa e passiva a depender de com quem estejam se relacionando.

Em uma escala geral de comparações e aferição de aproximação da compatibilidade com a norma, todas sairiam desfavorecidas. Inclusive as pessoas que apontaram, insatisfeitas, as sexualidades indefinidas ou contingentes de outras lésbicas, sem notar as abjeções que caracterizam as suas próprias, e que são motivo de rechaço da mesma maneira.

Não aponto essas contradições, dessa forma, com o intuito de desconsiderar as diferenças que existem, nem como problemas a serem solucionados a partir da procura de justificativas para tal. Esses apontamentos são feitos muito mais com o intuito de, além de considerar as contradições inerentes às sociabilidades, pontuar as infindas possibilidades de identificação, ou não, e de experimentação do corpo e da sexualidade.

Elke diz que embora seja mulher, nasceu com personalidade de homem, e que de seu corpo só modificaria os seios, retirando-os, pois associa isso a liberdade. Sente-se contemplada pela categoria lésbica, sendo o sapatão, e embora fale de si utilizando sempre pronomes femininos, quando falamos em reprodução sexual, sobre filhos e o desejo de tê-los, ela disse que queria ser pai de um menino. Elza, por exemplo, não se identifica estritamente como mulher, embora use o termo para referir-se a si algumas vezes, mas também não se considera um homem trans, nem é desconfortável com seu corpo em nada, mas diz ter uma “alma masculina” que a distancia do que entendemos por mulher. Acredita em um instinto masculino lascivo, incapaz de ter fidelidade em um relacionamento monogâmico, e diz tê-lo.

Segundo a escritora feminista Monique Wittig (1980), a lésbica não é uma mulher, porque entende que o sujeito representado por essa categoria só tem sentido em um relacionamento heterossexual. Butler (2015), por sua vez, tece uma crítica à noção de mulher como sujeito universal, transcendental, e sugere uma contextualização do que se entende por tal. Diante da impossibilidade, dentro da

conjuntura de avanços de políticas identitárias, de abirmos mão de categorias que nos aprisionam a sistemas de controle e dominação que nos assujeitam, a filósofa sugere que despendamos um esforço em compreendê-las genealógicamente, para um uso mais estratégico e, dentro das possibilidades, subversivo.

Assim como a simulação dos constructos heterossexuais nunca chega a sê-lo por completo, a subversão de nossos corpos, atos, sexualidades, identidades, nunca é total, haja vista nossa inserção e ligação inexorável aos contextos e socializações que temos. Contudo devemos entendê-los como potenciais, e potentes, pontos de poder e resistência.

3.1.1 - A PERFORMATIVIDADE: ato citacional e permanente de produção do gênero

Não se pode pensar a performatividade do gênero como mera escolha, nem como ato citacional em separado da compreensão da norma como uma força coercitiva, presente mesmo nas ações mais sutis. Butler (2006) afirma que a regulação do gênero se dá por meio de processos de normalização, e que a norma não deve ser confundida com regras ou leis, em vista do seu caráter mais versátil, ténue e de difícil identificação em determinadas circunstâncias. Podendo estar relacionada a contextos institucionais ou excedendo-os.

A norma tem por característica a inteligibilização dos corpos, é tomando-a como parâmetro que eles são desambiguados. Nesses termos, até o que desobedece ao padrão é ainda parte sua, uma vez que só pode ser definido, em termos normativos, em relação a ele. Butler (2006) afirma que o gênero não é em si a norma, mas o mecanismo pelo qual se erigem as normalizações acerca do que se entende pelas noções binárias de feminilidades e masculinidades.

Mas, como um aparato que não é pré-discursivo e está constantemente em processo de construção, o gênero pode servir também à desconstrução e desnaturalização de noções que empenham-se na busca de estaticidade e coerência. A autora assevera que práticas corporais que citam as normas podem também contribuir para a alteração delas.

Ao afirmar que bofe tem que ser bofe e racha tem que ser racha, Elza reivindica uma coerência entre performatividades, articuladas por meio de diversos elementos, a ideais normativos de feminilidades e masculinidades. No entanto, essa cobrança se dá em um meio de subversão que desloca esses padrões para contextos para os quais eles não foram propositadamente pensados a princípio.

Quando introduzimos a ideia de citacionalidade no primeiro capítulo vimos sua função linguística, em relação à produção do gênero a performatividade tem função citacional, por meio de práticas discursivas. Como é de nosso conhecimento, o gênero não é estabelecido estritamente a partir de atributos biológicos, se o fosse os códigos compartilhados e reiteradamente afirmados não teriam razão de ser. A mobilização de determinadas posturas corporais, gestualidades, adereços, vestuário, calçados, códigos linguísticos e simbólicos, entre outros, têm fundamental importância na construção do gênero.

Performamos nossos gêneros de acordo com nossas identificações com determinados códigos, de maneira consciente ou não. Estamos o tempo inteiro mobilizando elementos que constroem nossos gêneros e particularidades, e mesmo com tudo, corremos o risco de não sermos interpretadas como gostaríamos. Quando vacilamos na constante reafirmação do que somos, cobranças e insinuações surgem, é o poder da norma que nos chama ao amoldamento.

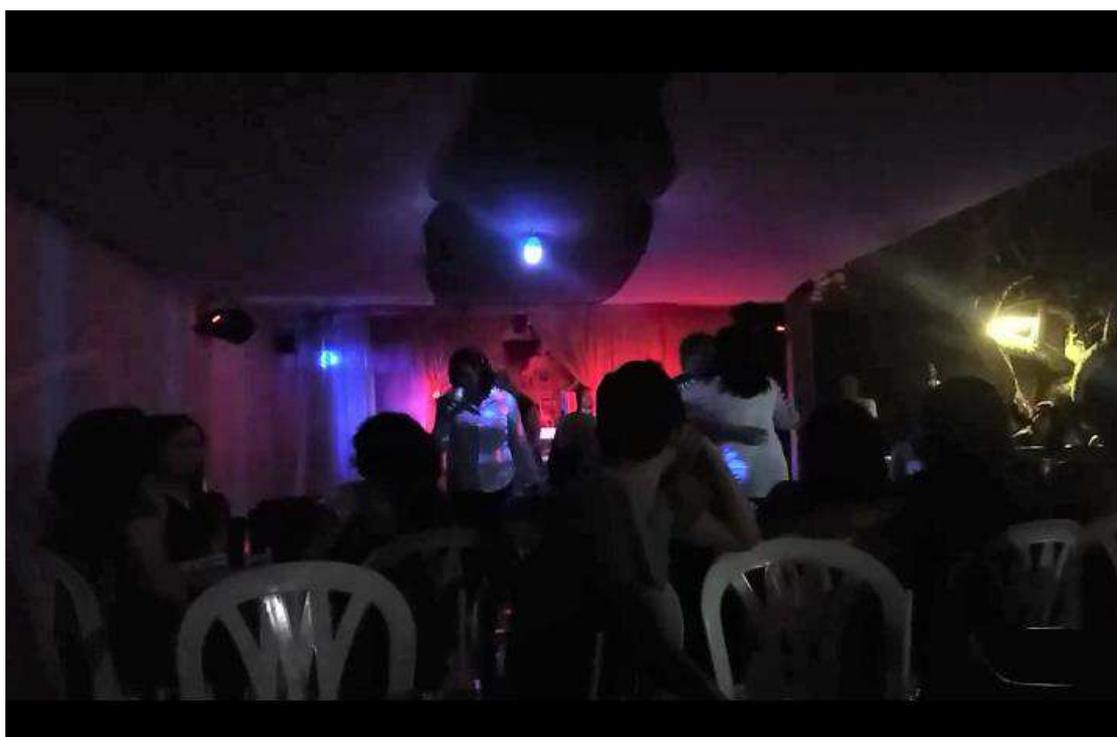
Bethânia (41 anos), faz shows com certa frequência no Cantinho JJ e é amiga pessoal de Landa e Jeovana. Ela é lésbica, tendo assumido há poucos anos seu relacionamento com a companheira com quem mora hoje, junto a seu filho de pouco mais de 10 anos. Nos dias em que canta no bar costuma chegar a caráter, bastante maquiada, de roupas curtas, coladas e de salto alto, do qual quase sempre se desfaz antes de terminar o show.

É nítida a receptividade do público às performances dela. Bethânia tem um carisma que a permite interagir e transitar por variados grupos que frequentam o bar. Na noite de 17 de dezembro de 2017, uma de minhas últimas incursões, eu estava no balcão do bar quando ela chegou, por volta das 18:50h, cumprimentando-nos e pedindo a Landa em tom de brincadeira seu energético, que era na verdade cerveja.

Sem se demorar ela subiu ao palco e animou o clima da casa. Bethânia canta, e em sua companhia tem apenas um rapaz que toca teclado, os dois são suficientes

para fazer diferentes shows, transitando por variados ritmos. A apresentação dela costuma ser sempre interativa, ela brinca com as pessoas que a assistem atende a pedidos cantando músicas que eventualmente não estavam no repertório e por vezes permite que alguém cante um pouco.

Imagem 4. Show de Bethânia com intervenção do público



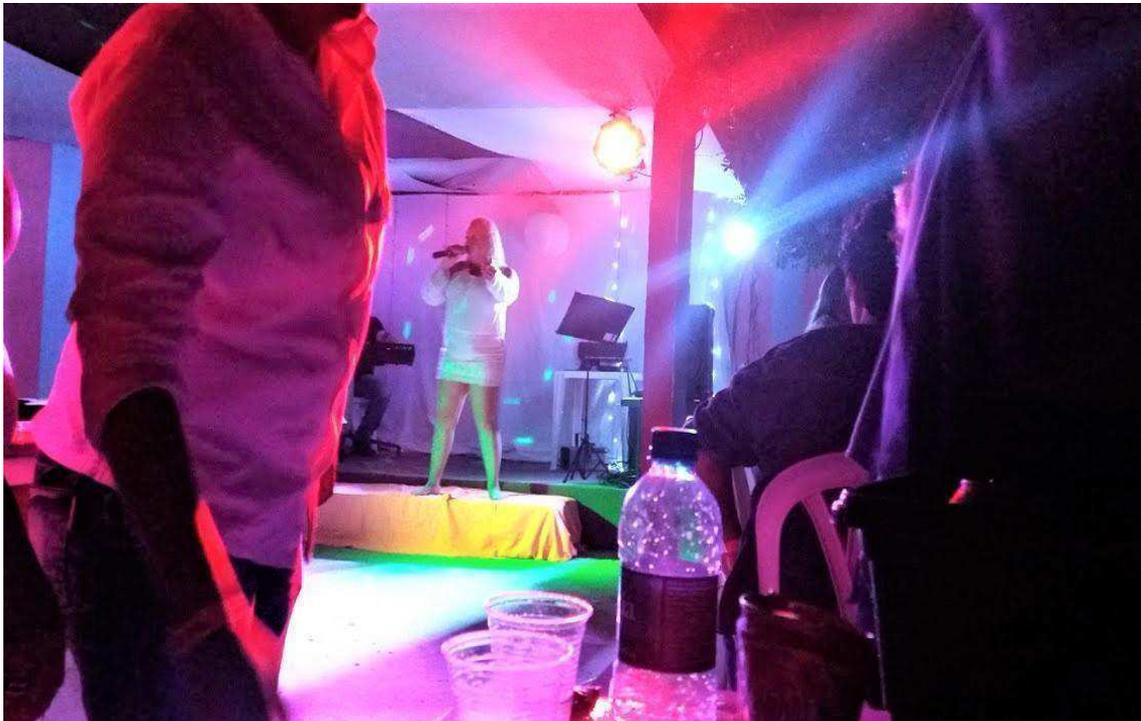
Legenda: Durante um show de Bethânia uma pessoa do público canta um sucesso de Roberta Miranda e um casal dança. A festa era intitulada cabaré da Diva e teve a participação de outra artista que também costuma cantar no estabelecimento. Durante uma parte considerável do show elas cantaram sentadas, ao redor de uma mesa com bebidas. A qualidade da foto ficou desfavorecida por ser na verdade uma captura de um vídeo.

Fonte: Autoral

Porém, na noite em questão a brincadeira que fez foi peculiar, Bethânia propôs uma competição de dança entre bofes e rachas, ao anunciar o jogo o riso entre as espectadoras foi geral. O funcionamento se daria da seguinte maneira: as rachas dançariam em um momento e as bofes em outro, ao som da música *Conga, Conga Conga*, de Gretchen, sucesso da década de 1980. Os prêmios seriam uma calcinha

fio dental para a racha vencedora, e um ‘balde de cerveja’ para a bofe.

Imagem 5. Festa White do Cantinho JJ



Legenda: A pessoa em pé no primeiro plano da foto, de quem não aparece o rosto, é Elza.

Fonte: Autoral

Em meio aos acalorados comentários, uma das candidatas que se dispunha a participar, tendo como características estatura média, vestida com bermuda jeans folgada na altura do joelho, camisa preta também folgada, gorda, branca e de cabelos castanhos, lisos, presos, questionou o brinde da racha. “Mas tá errado, essa calcinha não cabe em mim!”, Bethânia, rindo, retrucou que ela deveria concorrer ao ‘balde de cerveja’, pois era uma bofe, as amigas gargalharam e instaurou-se uma celeuma.

Ao que aparenta, a leitura que ela faz de si e dos elementos que mobiliza na construção da feminilidade, ainda que involuntariamente, não é mesma feita por outras pessoas. Os atos de performatividade passam também pelo julgo exterior, retomando as colocações de Butler (2006), eles promovem a materialização do gênero em nossos corpos e podem influenciar o nível de inteligibilidade deles, ainda que tendo como referência protótipos limitadamente binários.

Outra questão relevante no que concerne à produção das identidades levantada por Lacombe (2008) são os elementos que se tornam símbolos de

determinados grupos, ícones de identificação. Em seu trabalho ela menciona uma ocasião na qual utilizava uma pochete, e uma amiga lhe disse que o objeto era, em potencial, um “Crachá de sapatão”

Várias foram as explicações que apareceram na mesa do bar para aquela expressão, todas elas em referência a uma indubitosa masculinidade atribuída às lésbicas: é um acessório mais usado pelos homens do que pelas mulheres, é mais confortável do que elegante, não dá para guardar muita coisa (com relação ao estereótipo criado sobre a profusão de objetos que podem ser encontrados numa bolsa de mulher), não fica legal com saia ou vestido... (LACOMBE, 2008, p. 217)

Inúmeros podem ser os “crachás”, a depender do contexto, classe social, época ou pedaços em que os sujeitos estão inseridos. Ao mencionar a pessoa lida como bofe que fazia programas tendo como clientes homens heterossexuais e que, para tanto, se utilizava da manipulação de ferramentas que conferiam-lhe traços de feminilidade, Graça disse “Se você visse aquela criatura você não diria nunca que ela ia pra cama com um homem”. Completou dizendo que ela carregava um “pente de cafuçu” no bolso, como os homens da época costumavam fazer e que levantava a barguilha, em um gesto similar ao que alguns homens fazem “coçando o saco”. Gesto que precisa ser melhor analisado, mas que, nitidamente tem relação com uma autoafirmação do poder fálico.

Perguntei na sequência como ela contornava os traços fortes que tinha para atrair os clientes, Graça respondeu “Ela tinha as blusas dela, os batons, as sandálias, não ia de bota, né?”. A saber, não era a única cliente do privê com essas características que fazia programas para homens heteros, mas essa especificamente chegou a engravidar. Segundo Graça, a pessoa em questão tinha posturas rígidas e dançava “como um homem”, era conhecida como Beto Barbosa, pois gostava das músicas do intérprete e costumava dançá-las nas noites do Privê Drinks. Seu crachá poderia ser o pente, ou as botas, estava inscrita no seu copo a masculinidade que, pela norma, não lhe cabia.

Durante os itinerários da pesquisa, as leituras, as observações, os diálogos no bar e as entrevistas, ficaram evidentes as falhas da universalidade almejada pela norma. As experiências das interlocutoras não cabem nela e, citando-a, ainda que

com o intuito de reiterá-la, alteram seu sentido original. A performatividade pode ser uma ferramenta de reiteração dos constructos heterossexuais e normalizadores, mas, felizmente, pode ser também um mecanismo de desconstrução.

3.2 - COISA DE ENTENDIDA: aspectos preponderantes nos discursos das interlocuções

Neste último tópico trataremos de dados que se entrecruzaram, de maneira espontânea, nas práticas discursivas das interlocutoras. Problematizaremos algumas questões levando em consideração aproximações e distanciamentos entre os posicionamentos delas e concepções cunhadas pelos discursos de alguns ativismos feministas e/ou lésbicos, bem como por estudos ou teorias que também se propõem a pensar as dissidências sexuais, dentre elas a lesbianidade. Serão priorizados, portanto, assuntos comuns a quase todas as falas nos quais elas tocaram sem que eu fizesse alguma interpelação ou insinuação, e que se fizeram fecundos para o desenvolvimento de algumas reflexões.

Em relação ao quadro de dispersão que encontramos atualmente em Campina Grande, considerando a dinâmica que houve entre as décadas de 1970 e 1990 no circuito lésbico mencionado no Capítulo II, as opiniões delas se dividiram. Graça disse sentir falta da existência de espaços que tenham as características que o Privê teve e que o Cantinho JJ tem, e, além disso, lamentou a pouca frequência com a qual este tem funcionado. Como alternativa, ela e as amigas se encontram quase que semanalmente no bar do irmão da companheira de uma amiga dela, geralmente às quartas.

Elza disse acreditar que essa ausência de circuitos que aglomerem tantas entendidas ao redor de determinados estabelecimentos, sendo bares ou não, se dá em função das várias indisposições que existem entre elas, motivadas por ciúmes ou outras questões. A respeito dos bares especificamente afirmou:

Elza: Hoje em dia eu só frequento cantinho JJ e outros bares heteros, porque eu prefiro hoje em dia frequentar lugares heteros. Porque se eu for prum lugar que só tenha gay, eu deixo minha namorada aqui, se eu for no banheiro, vem outra ali e dá em cima dela aqui.

Eu: É assim?

Elza É assim! É assim que as coisas funcionam. [incisivamente] Porque dentro do mundo hetero porque dentro do mundo hetero homem respeita homem, porque se uma nega, por mais gostosa que ela for, se ela chegar só “eita vei, que nega gostosa da porral!”, mas se depois um rapaz se aproximar dela, ele já pronto, desvia o olhar. Em bar gay não existe isso, eu posso chegar aqui de mãos dadas com minha namorada, que ainda ficam tudo olhando e na chance que eu tiver de ir no banheiro ainda vem alguém azarar, como chama, né? Esse é um dos motivos pelos quais eu tô deixando de frequentar lugares gays.

Essa era uma das questões que geravam conflitos e às vezes agressões físicas no bar de Maria de Kalu. As brigas ocorridas aos domingos eram, além do aconchego proporcionado, uma marca do local. No documentário produzido por Mosca e Nery (2009) ela, Maria, diz que no domingo em que não havia briga, não havia MDK. Esses casos foram também uma das razões pelas quais o estabelecimento teve suas portas permanentemente fechadas, a pedido de Alberto, filho de Maria que, mesmo à distância, morando na Suíça, sabendo dos conflitos que existiam no bar pediu-lhe para abandonar o ramo.

No Cantinho JJ, por exemplo, essas situações são contornadas, por vezes, por meio de atitudes cautelosas que Jeovana e Landa têm para com as clientes. Jeovana conta que se, por exemplo, recebe alguém na portaria e sabe que a ex-companheira dela está no recinto, acompanhada ou não, achando cabível avisa para que a pessoa analise antes de entrar se não se sentirá desconfortável, o que possibilita também o apaziguamento de possíveis conflitos.

Landa, por sua vez, contando mais sobre a dinâmica do bar e da dificuldade que diz ter de manter o público, argumentou que hoje não existem outros bares voltados estritamente para o público lesbião pela aceitação que acredita haver em outros espaços à presença dele. Se ela se refere ao público do Cantinho, pessoas de meia idade, devemos destacar que esteve presente na maior parte dos discursos das interlocutoras o apego à discrição, a não externalização de afetos ou troca de carícias em público, por exemplo.

A aceitação que ela diz haver talvez tenha essas posturas comedidas, estorvantes, em certa medida, como condição. Afinal, não são desconhecidas, nem irrisórias, as dinâmicas engendradas nos mais diversos âmbitos da vida social que rechaçam e violentam pessoas que desafiam os constructos heterossexuais. E não só, qualquer ameaça à inteligibilização e adequação às matrizes identitárias está propensa à desaprovação e a eventuais sanções que possam lhe ocorrer.

Ainda nos discursos das mulheres com quem tive contato durante o trabalho de campo e nas entrevistas, foram poucos os relatos de situações referentes à lesbofobia, ou constrangimentos em decorrência de suas experiências sexuais e afetivas. Esse foi um dos poucos questionamentos que fiz durante a realização das entrevistas, e, à parte, o episódio da agressão sofrida por Elza, as demais não pontuaram quase nada a respeito. Inclusive a história que Elza contou só surgiu depois, quando tratava de outras questões, e diante de minha provocação a resposta foi, de imediato, negativa.

Em vista da falta de relatos a respeito ficaram, para mim, alguns questionamentos. Na ausência de constatações mais precisas que justifiquem essa escassez ou omissão, penso se realmente não houveram situações do tipo em suas vidas; se havia alguma dificuldade em falar a respeito, ou mesmo em identificar situações do tipo no cotidiano. Inclusive porque algumas colocações em tom de desaprovação ou censura podem vir de pessoas pelas quais se nutre afeto e respeito, de quem não se espera atitudes assim.

Retomando a discrição, da qual elas falaram e demonstraram exercitar, Aline Piason (2008) afirma que essa preferência deve-se à subjetivação do discurso que produz uma verdade sobre o sexo, que seria heterossexual, e diante disso, elas adotam posturas reservadas a fim de evitar variadas indisposições. Além disso, quando surgiam colocações em defesa das posturas mais discretas, mesmo vindo de pessoas que tinham comportamentos mais ousados no ambiente do bar, apareciam também asserções taxativas de desaprovação das condutas de lésbicas que, por exemplo, trocavam carícias em locais públicos.

As falas se dirigiam, geralmente, às lésbicas da “nova geração”, como chamavam. Algumas manifestaram suas opiniões quase se desculpando, acredito que

por presumirem que meu posicionamento em relação à questão é outro. A respeito, Landa disse

Landa: É porque tipo assim... Porque hoje, hoje tá muito mais liberal você se abraçar, você se beijar, muitas pessoas tipo assim... Não se respeitam. Porque não é que eu ache ridículo, não é que eu ache feio, não é que eu não concorde, não é que eu não aceite, é porque eu acho assim: às vezes tem muitas pessoas... Você tá no restaurante com sua mãe, vamos dizer, e não porque sua mãe sabe da sua opção sexual, que ela aceita, que chega um casal de homem ou de menina num restaurante e começa a se beijar. Não é que eu não aceite, tá entendendo? Mas é que eu sou de uma época... E hoje como tá muito diferente, antigamente só existia o que? Só existia Maria de Kalú, a Toca do Caranguejo (...) A gente ia pra esses lugares porque sabia que lá tinha as pessoas.

Surgiram ideais similares em várias outras falas, Elza disse haver, na atitude de um casal lésbico, por exemplo, que dá um beijo em público, desrespeito para com as crianças e “mais velhos”. Graça relatou um de seus relacionamentos mais duradouros e disse que para as famílias dela e de sua companheira elas eram apenas “Duas amigas de torar que se visitavam”. Elke também contou da importância de atitudes discretas para uma convivência harmônica com os contrários.

Podemos inferir que a adoção de comportamentos comedidos, nesses casos, funciona como uma estratégia de invisibilidade. Elas entendem que a não explicitação de suas identidades confere-lhes respeito e boa aceitação nos espaços em que circulam. Além disso, cabe evidenciar que a discrição de que falam, refere-se basicamente às demonstrações de afeto e gestualidades em público. No entanto, não implica necessariamente na omissão dessas identidades, uma vez que todas elas, hoje, vivem abertamente essa condição.

É interessante notar que a visibilidade propriamente dita e reivindicada por alguns ativismos feministas e/ou lesbianos podem não contemplar essas mulheres e tantas outras que compartilham da mesma opinião. As motivações para que elas tenham posicionamentos que primam por atitudes mais reservadas devem ser observadas. Podem ser problemáticas, como a hipótese que sugeriu Piason (2008). Mas, ainda que o sejam devem ser consideradas, dentro das limitações que podem apresentar, uma vez que existem também, simultaneamente, reverberações profícuas, possibilidades de agência que proporcionam segurança, por exemplo, em alguma medida.

Em uma crítica à concepção de visibilidade e às lacunas de um discurso que não considera o que existe nas nuances do invisível, Joan Wallach Scott alega que

A visibilidade da experiência se torna então evidência para o fato da diferença, em vez de se tornar uma forma de explorar como a diferença é estabelecida, como ela opera, e como e de que maneira constitui sujeitos que vêem e atuam no mundo. Em outras palavras, a experiência, concebida tanto por meio de uma metáfora de visibilidade, quanto por outro modo que tome o significado como transparente, reproduz, mais que contesta, sistemas ideológicos dados —aqueles que presumem que os fatos da história falam por si mesmos e que aqueles que se fundamentam em ideias de oposição natural entre homossexualidade e heterossexualidade. Histórias que documentam o mundo *escondido* da homossexualidade, por exemplo, mostram o impacto do silêncio e repressão nas vidas que foram afetadas e trazem à luz a história de como foram suprimidos e explorados. Mas o projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do sistema ideológico em si, suas categorias de representação, (...) suas premissas sobre o que essas categorias significam e como elas operam e de suas ideias de sujeito, origem e causa. (...) A história é uma cronologia que torna as experiências visíveis, mas na qual as categorias aparecem, entretanto, a-históricas. (SCOTT, 1998, p. 301-303)

O esforço em desenvolver um olhar mais crítico, como sugere Scott, nos possibilita também a identificação de pontos de resistência e subversão em ações que, com um olhar apressado, podem ser vistas como sinais apenas de resignação. As pessoas que, por exemplo, discordam de uma pauta reivindicada pelo discurso ativista, mesmo dividindo com as militantes semelhanças em suas identidades de gênero e experiências, também podem arvorar resistências particulares por meio de outras posturas e de seus corpos.

Muitas das pessoas com quem tive contato no campo de pesquisa, mulheres que têm em seus corpos inscritos traços de masculinidades que não lhes foram designados, e se orgulham de tê-los, mesmo tendo posicionamentos destoantes das críticas lesbofeministas, resistem cotidianamente nos espaços em que transitam. Seus corpos, talvez mais que suas falas, reivindicam o direito de serem como são. Para si e para suas semelhantes. Para Tânia Swain (2004) a expressão dessa masculinidade, nas bofes, por exemplo, mais que uma identificação é uma aceitação e conseqüente escolha, que é potencialmente política.

Outro aspecto referente às peculiaridades das relações que são estabelecidas entre entendidas que gostaria de pontuar é a romantização presente em muitas discussões teóricas e ativistas, que se ancoram, muitas vezes, em uma concepção essencialista da mulher. Essa perspectiva parte, em geral, da noção de que a mulher, por ser um sujeito socioculturalmente subalternizado, ao se relacionar com outra, erige uma subversão resistente e indiscutível.

Não que não faça sentido em determinada medida, porém, as particularidades e desafios inerentes a esses relacionamentos devem também ser considerados. Do contrário estamos construindo caminhos pautados em engodos, que não nos ajudarão a avançar na produção de estratégias de desconstrução de paradigmas que nos subjugam e aprisionam.

Encontrei em poucos trabalhos críticas nesse sentido, em um deles, o de Lacombe (2008), ela relata um episódio em que esteve em uma situação desconfortável no campo, quando foi assediada por uma interlocutora durante um momento em que dançavam juntas. A pesquisadora, apontando a postura austera da pessoa em questão, disse ter passado por momentos de tensão que a fizeram recordar cenas de assédio e abuso vivenciadas com homens heterossexuais.

Além disso outro fato pontuado pela autora foram cenas de ciúme, ou falas a respeito. Também identificadas muitas vezes nos discursos das interlocutoras deste trabalho. Em algumas conversas no campo e em todas as entrevistas esse foi um dos aspectos levantados por elas como característica marcante das entendidas. Maiores explicações não foram dadas para a massiva concordância acerca desses casos. Uma ex de Darcy, com quem cheguei a conversar no Cantinho JJ, disse que atribui essas posturas à cobrança de fidelidade e consideração a todas as circunstâncias e obstáculos que se enfrentam num relacionamento lésbico.

Outro fato a ser considerado é o formato dos relacionamentos que as interlocutoras costumam estabelecer, preponderantemente relações monogâmicas. A respeito das indisposições geradas por ciúmes, Graça disse que aprendeu muito observando as frequentadoras do Privê, na opinião dela a mais ciumenta geralmente é adúltera. Bethânia disse que as rachas brigam mais, e as bofes são mais silenciosas, embora sintam ciúmes também.

De acordo com Landa as bofes não costumam discutir verbalmente e logo partem pra agressão física, “A bofe quebra uma garrafa e a racha segura no cabelo”. Algumas posturas adotadas pelas bofes, observadas nas ações nas festas do bar e nas falas, reiteram a construção de uma masculinidade que, para se legitimar, reafirma a assimetria existente nas relações que estabelece e impõe posturas rígidas, dominantes e, por vezes, violentas (MISKOLCI, 2012).

Por fim, assinalo um aspecto com o qual não havia me deparado antes de imergir no campo, a prostituição de mulheres lésbicas. Todas as vezes em que elas tocaram na questão foi de maneira espontânea, nas entrevistas quatro das cinco interlocutoras entrevistadas chegaram ao assunto sem que eu sequer mencionasse algo a respeito. No campo, quando surgiu, foi também por iniciativa de Elke.

Os relatos surgiram com tom de reprovação, sobretudo porque geralmente esses programas são feitos tendo como clientes homens heterossexuais, um dos casos foi o mencionado anteriormente, relatado por Graça. Em algumas oportunidades interpelei-as sobre o que achavam justificava o público de consumo dos serviços serem homens, e também sobre as razões pelas quais essas mulheres eram levadas à prostituição.

Sobre o público umas das respostas que surgiu foi que eles fetichizam os corpos essas mulheres, sobretudo porque geralmente, segundo depoimentos, as lésbicas que geralmente se prostituem são as bofes. Uma das razões dadas foi o uso abusivo de drogas. Mas a mais mencionada foi o levantamento de recursos para sustentar a companheira, geralmente uma racha.

Brandão (2012) menciona a prostituição lésbica como uma das maneiras pelas quais essas mulheres adquirem independência financeira e se afastam de outras situações sociais em que podem sofrer alguns tipos de violência. Ao que aparenta, nos discursos observados neste trabalho, as concepções das interlocutoras eram de que a prostituição era uma via para angariar renda de maneira “fácil”. Gostaria de ter ouvido relatos de pessoas que vivenciam essas experiências, para abordar a questão com mais profundidade.

Diante do exposto e da infinidade de possibilidades e experiências relatadas pelas interlocutoras, vivenciadas e observadas durante as incursões que fiz no Cantinho JJ e em outros espaços, fica nítida a insuficiência dos rótulos identitários e

a fragilidade de discursos generalizantes, sejam eles ativistas, teóricos ou advindos de outros espaços, vertentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo este escrito pontuando algumas considerações acerca dos principais impactos, provocações e reflexões suscitadas tanto pelos itinerários percorridos durante o processo de pesquisa, no campo e na realização das entrevistas, quanto pelo decurso de sistematização dos dados, análise e escrita.

Devo enfatizar que a imersão no campo foi, simultaneamente, prazerosa e desafiadora. A aproximação e o próprio tempo de negociação com as interlocutoras, na construção de uma espécie de confiança, as vivências proporcionadas pelas experiências que tive em meio ao cotidiano do bar Cantinho JJ, me colocaram em um movimento de aprendizado que exigiu um especial aguçamento de minha atenção e sensibilidade para enfim apreender o que acontecia ali.

Por intermédio dessa aproximação acessei convicções, pontos de vista, posturas e posicionamentos antes desconhecidos. Meu pertencimento, enquanto pesquisadora, a outra classe social e a outro circuito, me oferece possibilidades quase sempre limitadas. Pude, através dessa experiência, deslocar e expandir meu olhar sobre a sexualidade e seus arranjos, inclusive por meio das correlações que esses elementos têm ou não com o que dialogamos teórica e politicamente.

As experiências observadas durante a pesquisa, diferentes exercícios da sexualidade, identidades ou as limitações delas, se organizam, assim como as refrações de um caleidoscópio, por meio de padrões tão diversos quanto incontáveis. Eles podem se repetir em determinada medida, mas também se reorganizam e se recombinaem com outros com muita facilidade, sem homogeneidade que cristalize as possibilidades, engendra uma rica gama de agrupamentos e dissociações.

As limitações das categorias identitárias, problematizadas ao longo dos três capítulos, podem promover um distanciamento indesejado entre nós e as pessoas com quem pretendemos dialogar em outros espaços que não os em que estamos inseridas habitualmente, sejam eles a academia ou a militância. A questão não é só nos apropriarmos das categorias com as quais as interlocutoras se autodenominam, mas empenharmo-nos na investigação do que narram com elas, com base em que estruturas se fundam e como são engendrados seus processos de construção.

A variedade de nomenclaturas com as quais me deparei em campo apontam a fluidez dos gêneros e algumas das diversas possibilidades de ser e estar no mundo em um corpo sexuado. Falar sobre e com essas pessoas a partir dos nomes que se dão e compartilham foi, a certa altura, uma estratégia para me fazer entender melhor e, também, de respeito a elas. Os distanciamentos que aponto entre concepções percebidas no campo de pesquisa e as que considero próprias da academia e dos lesbofeminismos não intentam deslegitimar umas ou outras, senão apontar que existem vivências e categorias que não conhecemos, das quais não nos apropriamos e, quase sempre, ignoramos.

Outro dado observado foram as estratégias de resistência empreendidas por essas entendidas. Em um panorama comparativo podemos dizer que se erigem por meio de distintas, e às vezes antagônicas, ações e reivindicações em relação às táticas adotadas por alguns grupos e vertentes lesbofeministas. Enquanto estes, por vezes, reivindicam uma visibilidade, dentre outras coisas, construída pela autoafirmação reiterada das lesbianidades experienciadas, os discursos apurados no processo da pesquisa que enseja esta dissertação apontam a reivindicação de uma discrição, para que sejam vistas a partir de outros aspectos, que não a sexualidade.

Essa discrição não se confunde com a negação de suas identidades e vivências, elas não estão “no armário”. É motivada muito mais pelo receio ou desconforto em expressar ou falar abertamente a respeito. Podemos presumir a influência que existe aí do controle dos corpos, das subjetividades e das sexualidades exercida a partir de uma norma que se toma como única possibilidade aceitável, ou correta, a heterossexualidade.

Além disso, cabe observar que talvez elas não tenham as mesmas condições, formação e privilégios que algumas mulheres que pertencem a determinados segmentos da sociedade têm e, desse modo, têm também maiores possibilidades de vivências e falas mais explícitas. Contudo, devo destacar que em ambos os casos, existem potentes maneiras de resistir, elas reivindicam, de acordo com seus próprios modos, o direito de continuarem existindo, sendo exatamente quem e como são.

As subversões que exercem é outro aspecto a ser destacado por nós. Elas subvertem os constructos da heterossexualidade, bem como alguns ditames da heteronormatividade, dentre outras coisas, por meio de suas performatividades, seus

corpos e relacionamentos, pelas lutas que travam cotidianamente diante de situações embaraçosas ou constrangedoras, motivadas, dentre outros, pela lesbofobia. Subvertem ainda quando constroem redes de compartilhamento de estratégias de cuidado e informação. Quando idealizam e endossam a existência de lugares como o Cantinho JJ, e dos bares que lhe inspiram.

No entanto, assim como as identidades e a linguagem, essas subversões são exercidas e estão inscritas em uma época e espaço em que não se consegue dissociar de todo de discursos de controle e dominação que nos aprisionam e oprimem. Distante da romantização de relacionamentos lésbicos pude observar, e mencionei no terceiro capítulo, situações e comportamentos que, por exemplo, reproduzem de traços de masculinidades que se afirmam por meio de discursos misóginos e violentos.

Além das situações aqui pontuadas, ficaram também questionamentos e lacunas, potenciais motes para novos processos investigativos em vista dos diversos caminhos apontados pelo campo e pela rica variedade de experiências e possibilidades contidas nele. Sem a pretensão de esgotar reflexões acerca do tema de pesquisa, o intuito deste trabalho tem sido incitar reflexões e diálogos entre dados observados em campo e elocuições teóricas e epistemológicas, acerca de sociabilidades lesbianas ensejadas por um pedaço específico da cidade de Campina Grande que, de acordo com Magnani (1996), não é dissociável de toda a sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Berlano Bênis de. Os desdobramentos do debate sobre os conceitos de Natureza e Cultura em Tim Ingold. REIA - **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 3, volume Especial I, 2016.

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino. **Análise Social**, n. 19, p. 307-373. 2010.

BUTLER, Judith. Regulaciones de género. **Revista de Estudios de Género**. La ventana [Internet] 7-35. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88402303>. 2006.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2015.

DELEUZE, Gilles. Post Sciptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34. 2000.

DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Tradução Renée Eve Levié. 3 ed. RJ. Difel, 2004.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LACOMBE, Andrea. “De entendidas e sapatonas. Socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro”. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n. 28:207-225. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINHARES, Ciro de Azevedo. “O amor ainda está aqui”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidades em Campina Grande - PB. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2015.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano VI, n. 5, P. 8-31, dez. 2012. Disponível em: <<https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

FOUCAULT, Michel. (1978 b) Sexualidade e Poder. In: **Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003.

_____. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Trad: M.T.C. Albuquerque e J.A.G. Albuquerque. 4ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2017. Pereira, Pedro PG. De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos. Coleção Queer, 2014. Annablume, São Paulo: 477.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, Unicamp, v.5, p. 7-41, 1995.

_____. Ciencia, cyborgs y mujeres. La invención de la naturaleza, Madrid, Cátedra. 1995.

INGOLD, Tim. Repensando o animado, reanimando o pensamento. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 10-25, jul./dez. 2013.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no Pedacço**: Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo, Brasiliense. 1984.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. EDUSP, São Paulo, 1996.

MARIA DE KALÚ. 13:33 min. Direção de Carlos Mosca e Ronaldo Nerys. Campina Grande, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkiRV8XQ3T4&t=524s> Acesso em: 19 de novembro de 2017.

MEINERZ, Nádia Elisa. **Entre mulheres**: estudo etnográfico sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios da cidade de Porto Alegre - RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

_____. **Um olhar sexual na investigação etnográfica**: notas sobre trabalho de campo e sexualidade. In: BONETTI, A; FLEISCHER, S. Entre saias justas. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul, Porto Alegre. 2006.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo, Annablume Editora/FAPESP, 2012. Recebida para publicação em 1º de agosto de 2013, aceita em 20 de setembro de 2013.

SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: Projeto História. N.16. São Paulo: PUC, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

STEPAN, Nancy Leys. “Raça e gênero: o papel da analogia na ciência”, em Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

SWAIN, Tânuia Navarro. O normal e o “abjeto”: a heterossexualidade compulsória e o destino biológico das mulheres. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/normal%20abjeto.htm>
Acessado em: 25 de outubro de 2017.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. De corpos e travessias: uma antropologia de corpos e afetos. São Paulo: Annablume, 2014

PIASON, Aline da Silva. Mulheres que amam mulheres: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: **Rev. Est. Feministas**. Vol 19. Nº 1. Florianópolis. 2011.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual. 1980.